



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO DE 2020
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ATIVIDADE DO GRUPO	5
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	7
POSIÇÃO FINANCEIRA	11
PERSPETIVAS PARA 2021	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
GOVERNO DA SOCIEDADE	15
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	63

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 31 de Dezembro de 2020 e o respetivo Anexo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS adotadas pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidos pela *International Standards Comimittee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas SA é uma sociedade aberta, com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 euros, que estão admitidas à negociação em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009, relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. em Maio de 2008 e consequente aumento de capital.

Das 2 empresas que compõem o Grupo apenas a Lisgráfica SA tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão. O capital da Sociedade Lisgráfica é detido em 50,99% pela Rasográfica e 38,68% pela Gestprint – Gestão de Comércio e Indústrias Gráficas e Afins, S.A., o restante capital encontra-se disperso em bolsa.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas, à data de 31 de Dezembro de 2020:

EMPRESA	Atividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-dez-1973	Queluz de Baixo	-
Gestigráfica SGPS, SA	Gestão Participações Sociais	2-fev-1993	Queluz de Baixo	100,00%

Em finais de 2012 a Empresa Lisgráfica apresentou um Plano Especial de Revitalização o qual foi homologado em 2013 e transitou em julgado em inícios de 2014. Devido à evolução negativa do mercado, muito para além do previsto, a Empresa apresenta um novo Plano Especial de Revitalização em meados de 2017. O propósito deste novo plano era recalendarizar o seu

passivo e, apesar de aprovado pela maioria dos credores, não foi homologado e em Agosto de 2018 o tribunal decretou a abertura de um Processo de Insolvência.

A Empresa apresentou, então, no âmbito do Processo de Insolvência, um Plano de Recuperação, que foi aprovado por larga maioria dos credores em Novembro de 2018, homologado pelo Tribunal em Fevereiro de 2019 e que transitou em julgado em 22 de fevereiro de 2019.

Apesar da homologação do plano de recuperação ter ocorrido em fevereiro de 2019, face à aprovação do plano pela maioria dos credores e ao facto de ter já decorrido o prazo para estes requererem a sua não homologação, sem que nenhum dos credores tenha votado desfavoravelmente, a Administração decidiu elaborar as Demonstrações Financeiras da Empresa com referência a 31 de dezembro de 2018, refletindo a essa data os efeitos do referido plano.

Em resultado desta situação a Empresa desreconheceu em 31 de Dezembro de 2018 os valores do PER de 2012, que ainda se encontravam nas contas e, de seguida, registou os efeitos do novo Plano de Insolvência/Recuperação.

A aprovação do Plano de Recuperação implicou um conjunto de alterações significativas nas demonstrações financeiras da empresa quer a nível de resultados, quer a nível de capitais próprios e posição financeira. Os impactos continuam a registar-se neste e futuros períodos e estão detalhados no anexo às contas.

No exercício de 2020, decorrentes do referido Plano de Recuperação registamos os seguintes impactos nas contas:

Anulação de Perdão da Dívida 644.489 euros

Descontos de dívida (atualizações, regularizações e alterações de estimativas) (993.808) euros

Impostos Diferidos Passivos de + 363.336 euros

No início do primeiro semestre de 2019 a Empresa concluiu o processo de transferência das suas instalações fabris e administrativas para a sua atual sede social, com o objectivo de reduzir custos e ajustar a sua capacidade produtiva á atual procura com reflexos evidentes nos resultados dos próximos exercícios. Durante o segundo semestre a empresa libertou em definitivo as antigas instalações fabris, o que originou uma redução de alguns custos fixos.

No final do passado mês de Abril de 2020, a totalidade do capital da Rasográfica S.A. passou a ser detido, em 50% pela sociedade Gestprint – Gestão de Comércio e Industrias Gráficas e Afins, S.A. e 50% pela sociedade Columbia Systems LLP. Em consequência desta alteração, ocorreu em inícios de maio a recomposição dos Órgãos Sociais da Lisgráfica, com alteração parcial do Conselho de Administração.

Neste exercício a empresa Lisgráfica foi, a idêntico da generalidade das empresas portuguesas, afetada pelos efeitos da pandemia de COVID-19. A redução de atividade foi marcante no segundo trimestre, tendo-se registado nesse período uma variação de - 42% comparativamente a 2019, sendo mais evidente no sector de catálogos e folhetos. Em consequência deste impacto a empresa foi forçada a recorrer ao regime de Lay-off simplificado, entre Abril e finais de Julho, com redução do tempo de trabalho, de forma a adaptar a sua estrutura de custos ao decréscimo de procura. O objetivo foi de minimizar o impacto negativo nas Demonstrações Financeiras consequência da forte contração da actividade económica.

A participada Gestigráfica – SGPS SA manteve-se sem atividade operacional durante o presente exercício.

No exercício não se verificaram outros factos relevantes com impacto nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A economia portuguesa apresentou em 2020 uma queda histórica de cerca de 7,6%, quando no ano anterior tinha registado uma variação positiva de 2%; este comportamento está diretamente relacionado com os efeitos da pandemia de covid-19, que levou a uma recessão profunda a nível mundial.

Para a variação, face a 2019, contribuíram o profundo abrandamento das exportações aliado á redução da procura interna; o desempenho da nossa economia está em linha com a média dos parceiros comunitários.

Com a economia a retrair de uma forma acentuada, os efeitos no desemprego foram evidentes e ocorre assim uma inversão na tendência de decréscimo gradual que se vinha verificando nos últimos anos. No final do ano de 2020 este indicador situava-se nos 6,8%, que compara com os 6,5 % registados no final do ano anterior; em 2019 este indicador atingiu o mínimo desde 2003.

A taxa de inflação média de 2020 foi nula que compara com a variação de 0,3% no ano anterior.

ATIVIDADE DO GRUPO

As empresas da indústria gráfica continuam a apresentar redução da procura; este sector é acima de tudo penalizado pela mudança de hábitos de leitura com reflexo nas vendas de jornais e revistas. No corrente exercício a atividade da empresa foi fortemente penalizada pela redução da procura, consequência dos efeitos da pandemia, em especial nos meses de Março a Agosto.

A generalidade dos nossos clientes a nível de imprensa escrita e grandes marcas de distribuição tiveram que registar adaptações a esta nova realidade que se viveu em 2020. Os efeitos foram a suspensão de alguns produtos e em simultâneo a redução de exemplares impressos.

A faturação líquida do Grupo atingiu os 9,3 milhões de euros, que compara com 13 milhões no exercício anterior.

Verificou-se, ao nível de processo produtivo da empresa mãe, a adaptação dos horários de funcionamento nas áreas de impressão e acabamento, de forma a ajustar a capacidade disponível face ao volume de trabalho, com recurso ao Lay-off Simplificado de meados de Abril até finais de Julho.

A decomposição de vendas do Grupo por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2020	2019	Var. 20/19	Var. 20/19
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			Em €	Em %
Revistas	2.767	4.117	(1.350)	-32,8%
Jornais/suplementos	2.788	4.212	(1.424)	-33,8%
Catálogos e Folhetos	2.532	3.429	(897)	-26,2%
Outros	1.200	1.445	(245)	-17,0%
TOTAL	9.287	13.203	(3.916)	-29,7%

A análise por segmento confirma uma redução generalizada de vendas, transversal a todos os segmentos, nos segmentos de publicações, Revistas/Jornais/Suplementos ultrapassa mesmo os 30%. É também nestes segmentos que a variação em termos absolutos é maior.

Ao longo do ano a atividade teve algumas flutuações, sendo o decréscimo mais evidente no 2 e 3º trimestre e com o 4º trimestre quase a ficar a níveis do início do ano.

Em termos de produção de cadernos no formato A4 de 16 páginas (unidade de medida normalmente usada na indústria gráfica) a Empresa mãe regista uma variação em relação ao ano anterior, como se demonstra no quadro abaixo e em linha com as variações em termos de valor de faturação:

Nº DE CADERNOS PRODUZIDOS EM FORMATO A4

DESCRIÇÃO	2020	2019	Var. 20/19	Var. 20/19
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			Em €	Em %
Revistas	248.456.872	354.282.651	(105.825.779)	-29,9%
Jornais/suplementos	44.960.638	93.349.730	(48.389.092)	-51,8%
Catálogos e Folhetos	199.921.572	242.645.215	(42.723.643)	-17,6%
TOTAL	493.339.082	690.277.596	(196.938.514)	-28,5%

Durante o exercício de 2020 não há factos a destacar na empresa subsidiária:

GESTIGRÁFICA – SOC. GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS S.A.

Esta Empresa foi constituída em meados do exercício de 1999 e ao longo dos anos a sua actividade limitou-se à gestão de participações sociais.

Os resultados do ano, apresentados pelas suas contas individuais, positivos em 159 mil euros, decorrem do efeito conjugado da anulação de provisão para um processo em contencioso - no qual a Gestigráfica foi condenada a pagar capital e juros e da regularização do justo valor do crédito detido sobre a empresa mãe.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Actividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise, ajustada dos efeitos considerados extraordinários, como sejam indemnizações, mais e menos valias de vendas de ativos fixos tangíveis, etc., os quais se encontram incluídos na rubrica de Proveitos/Custos não Recorrentes e Imparidades de Outros Créditos.

ATIVIDADE OPERACIONAL 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020		2019		Var. 20/19	Var. 20/19
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	9.287	94%	13.203	94%	(3.916)	-29,7%
Out. Proveitos Correntes	577	6%	905	6%	(328)	-36,2%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	1	9.864	14.108		(4.244)	-30,1%
Custo Merc. Vend. e Consumid. (CMVC)	(2.957)	30%	(4.389)	31%	(1.432)	-32,6%
Fornecimentos e Serv. Externos	(3.399)	34%	(5.225)	37%	(1.826)	-34,9%
Custos Com Pessoal	(3.217)	33%	(4.159)	29%	(942)	-22,6%
Depreciações, Amortizações e Ajustamentos	(819)	8%	(903)	6%	(84)	-9,3%
Perdas de Imparidade	0	0%	(33)	0%	(33)	-100,0%
Outros Custos Correntes	0	0%	(66)	0%	(66)	-100,0%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	2	(10.392)	(14.775)		(4.383)	-29,7%
RESULTADO CORRENTE DAS OPERAÇ- €	3	(528)	(667)		139	20,8%
RESULTADO CORRENTE - %		-5,4%	-4,7%			
Proveitos/Custos não Recorrentes	4	(757)	(3.225)		(2.468)	76,5%
Imparidades Out. Créditos +Out. Provisões	5	(612)	(898)		(286)	-31,8%
RESULTADO OPERACIONAL IFRS - €	6	(1.897)	(4.790)		(2.893)	
RESULTADO OPERACIONAL IFRS / Total Proveitos Correntes - %		-19,2%	-34,0%		14,7%	
EBITDA - €	7	291	269		22	8,2%
EBITDA / Total Proveitos Correntes - %		3,0%	1,9%		1,0%	

3= (Resultado Corrente) 1+2

4 = Indemnizações, Alienações Imobilizado, efeitos PER, etc.

5 = Imparidades e Provisões não correntes

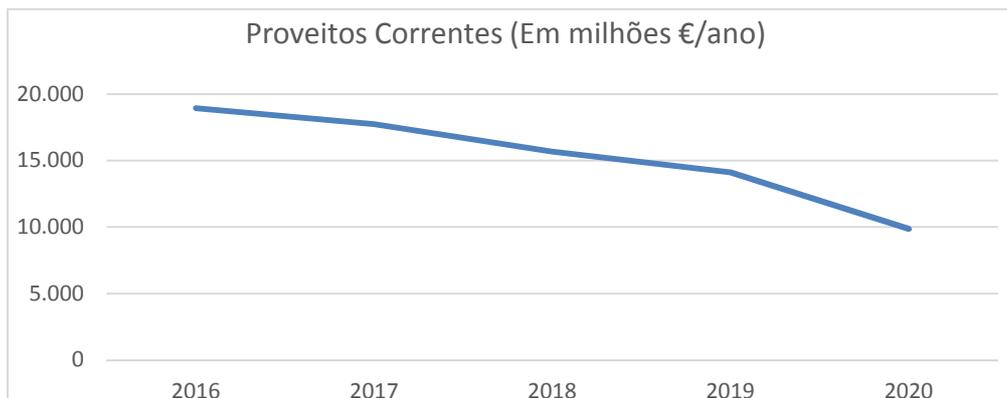
6 = (Resultado Operacional) 3 + 4 + 5

7 = 6 - Amortizações e Ajustamentos-Prov/Custos Não Recorrentes-Imparidades Out. Créditos

• PROVEITOS CORRENTES

Os Proveitos Correntes Consolidados cifram-se em cerca de 9,8 milhões de Euros, dos quais 94% provêm das vendas e 6% de outros proveitos e serviços prestados.

Comparativamente com o exercício anterior, regista-se uma redução de 30%; a variação é essencialmente justificada pelos efeitos da pandemia que se traduziu em decréscimos de atividade acima de 40% em alguns meses de 2020. De referir que a estrutura de clientes da empresa se manteve, sendo que a redução ocorrida resulta de decréscimos de tiragem/páginas ou suspensão temporária de alguns produtos como sejam o caso de catálogos e folhetos.



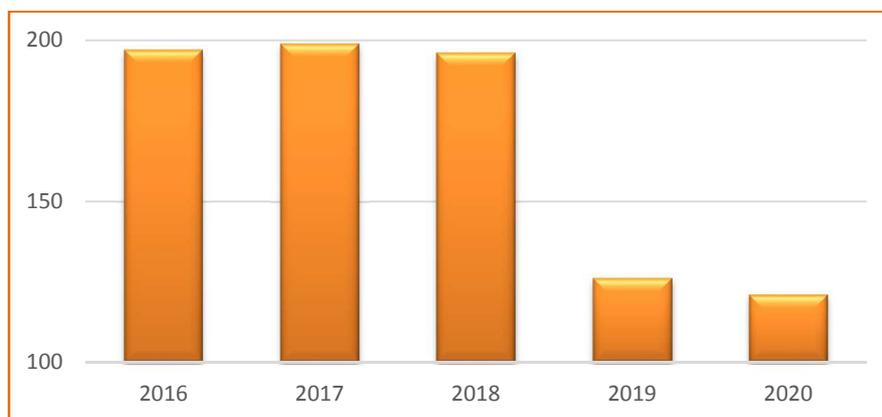
• CUSTOS CORRENTES

Os Custos Correntes em termos totais registam igualmente uma redução significativa (-29,7%), variação ligeiramente superior aos proveitos, em termos absolutos. Esta redução decorre da evolução da atividade aliada à redução de custos decorrentes da reestruturação, conforme previsto no Plano de Recuperação.

Analisando em detalhe o comportamento dos custos correntes em 2019, face ao exercício anterior, é de referir:

- Na rubrica CMVC, a redução de 32,6% resulta do decréscimo de atividade; a variação não é proporcional a todas as rubricas, como sejam papel e tintas, uma vez que existem custos fixos de impressão que não se alteram na mesma proporção da redução das tiragens;
- Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação de - 34,9% é consequência do efeito conjugado da redução de custos com Subcontratos (-48%), Energia e Conservação e Reparação de Equipamentos, embora estes últimos de menor montante;
- Quanto aos Custos com Pessoal, registam uma redução de 22,6% face ao ano anterior, pelo facto ter havido uma redução do número de trabalhadores e também pela redução muito significativa dos custos com Trabalho Extraordinário.

No final do ano anterior a empresa tinha 126 trabalhadores e no final deste exercício o número é de 121.

EVOLUÇÃO Nº TRABALHADORES 2016/2020

- Na rubrica Depreciações o valor corresponde a depreciações de bens do ativo tangível e intangível e efeitos da aplicação da IFRS (174 milhares de euros). O decréscimo é justificada pela alienação, durante o ano, de alguns bens excedentários que ainda não tinham terminado a sua vida útil em 2020.

• RESULTADO CORRENTE

O Resultado Corrente das Operações do Grupo registado no período embora negativo, devido ao decréscimo nas Vendas, melhora significativamente face ao exercício anterior consequência da redução nos custos em termos absolutos.

A rubrica Proveitos/Custos não Recorrentes resulta do efeito conjugado dos seguintes movimentos:

- Atualização do custo amortizado dos créditos incluídos no Plano de Recuperação de 2018 no total de 973 milhares de euros;
- Efeito líquido positivo, entre o acerto do desconto das dívidas de credores relativas ao Plano de Recuperação de 2018 e atualização do justo valor dos créditos incluídos no referido plano, no total de -1.027 milhares de euros;
- Menos e mais-valias na venda de bens do ativo que estavam excedentários face a atual e futura capacidade de produtiva, no valor de 667 milhares de euros;
- Outros custos não relacionados com a atividade de 118 milhares de euros;
- Efeitos da aplicação da IFRS 16 - líquido de 28 milhares de euros,

A Rubrica Imparidades Out. Créditos/Out. Provisões 612 milhares de euros inclui o reforço de imparidade de crédito detido sobre terceiros com antiguidade superior a 720 dias. Este terceiro incumpriu um PER, razão pela qual o saldo foi totalmente provisionado.

- **RESULTADO OPERACIONAL**

Após inclusão dos Proveitos e Custos não Recorrentes e Imparidades Outros Créditos/Outras Provisões verificados no exercício de 2020, no valor de aproximadamente - 1,4 milhões de euros (detalhados anteriormente), o Resultado Operacional Consolidado é de - 1,9 milhões de euros. Embora negativo, este indicador apresenta uma melhoria significativa, num exercício particularmente difícil consequência dos efeitos da Pandemia do Covid-19.

De salientar que, comparativamente com 2019, a variação deve-se acima de tudo ao facto de nesse exercício terem ocorrido custos não correntes e irrepetíveis relacionados com a criação de imparidades, aliada a medidas de redução de custos implementadas durante 2020, em especial no segundo semestre.

- **EBITDA**

Neste exercício o Grupo volta a registar EBITDA positivo, de 291 milhares de euros (que não inclui os proveitos e custos não correntes), correspondente a um crescimento de 8 % retomando-se assim o ciclo de anos anteriores com valores positivos.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 2020/2019

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2020	2019	Var. 20/19 em €	Var. 20/19 em %
Resultado Corrente	(528)	(667)	139	21%
Resultado Operacional	(1.897)	(4.790)	2.893	60%
Resultado Financeiro	(1.459)	(1.367)	(92)	-7%
Imposto S/ Rendimento	355	687	(332)	48%
Resultado Líquido	(3.001)	(5.470)	2.469	45%

- **RESULTADO FINANCEIRO**

O Resultado Financeiro engloba os Custos Financeiros do endividamento e outros (687 milhares de euros), e atualização do justo valor da dívida dos credores financeiros no âmbito do Plano de Recuperação atual (642 milhares de euros) e 129 milhares de euros devido aos efeitos da aplicação da IFRS 16.

- **IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

Na rubrica Imposto sobre o Rendimento estão incluídos 363 milhares de euros relativos ao Imposto Diferido decorrente do atualização do justo valor dos créditos englobados no Plano de Recuperação; sendo o IRC a pagar (estimado) relativo a 2020 de cerca de 8 mil euros.

- **RESULTADO LÍQUIDO**

Pelo exposto, o Resultado Líquido Consolidado de 2020, situa-se nos 3 milhões de euros negativos, devido principalmente aos efeitos da atualização do justo valor dos créditos abrangidos, no âmbito do Plano de Recuperação.

Os efeitos decorrentes do referido Plano vão ainda ter impactos significativos nos próximos anos quer pela conclusão das medidas de reestruturação ainda em curso, quer da atualização do justo valor dos créditos.

POSIÇÃO FINANCEIRA

De seguida, comentamos cada um dos principais grupos que compõem a Posição Financeira Consolidada.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 2020/2019

DESCRIÇÃO	2020	2019	Var. 20/19	Var. 20/19
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			em €	em %
Ativos não Correntes	7.241	9.647	(2.406)	-25%
Ativos Correntes	2.881	3.216	(335)	-10%
TOTAL ACTIVO	10.122	12.863	(2.741)	-21%
Capital Próprio	(19.359)	(16.359)	(3.000)	-18%
Passivo não Corrente	20.816	21.938	(1.122)	-5%
Passivo Corrente	8.665	7.284	1.381	19%
TOTAL PASSIVO + SIT. LÍQUIDA	10.122	12.863	(2.741)	-21%

- **ATIVO NÃO CORRENTE E CORRENTE**

As principais variações ocorridas no Ativo verificam-se nos Ativos não Correntes e resultam das depreciações e amortizações dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e do efeito da alienação e abate de bens que estavam inativos, a maioria dos quais se encontravam depreciados. No Ativo Corrente a variação resulta do efeito do decréscimo de atividade na rúbrica Clientes.

- **CAPITAL PRÓPRIO**

A principal variação deve-se ao impacto dos Resultados Líquidos apurados no exercício, de cerca de 3 milhões de euros negativos. O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 19.359 milhares de euros negativos.

- **PASSIVO NÃO CORRENTE E CORRENTE**

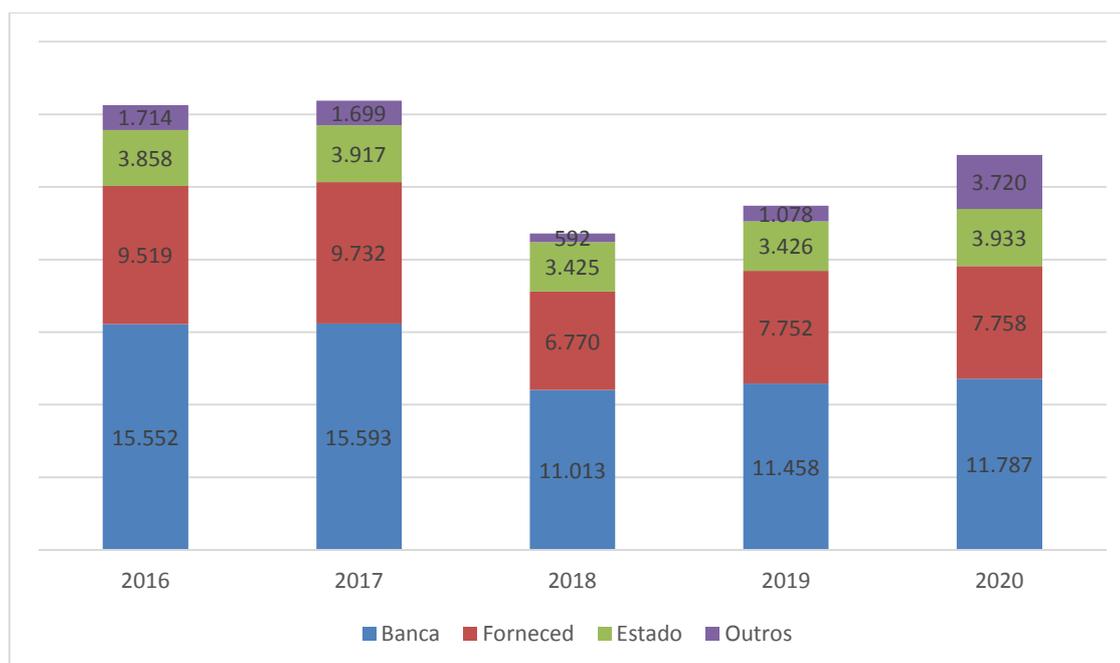
No Passivo não Corrente a variação resulta da anulação de provisão criada em anos anteriores para um processo judicial movido contra a Gestigráfica o qual foi concluído com acordo entre as partes em 2020. Durante o ano de 2020 um dos contratos de leasing foi convertido em mútuo, consequência da alienação do equipamento.

O Passivo Corrente apresenta um aumento pelos efeitos de reclassificação de passivo bancário e pela transferência para curto prazo de responsabilidades financeiras do PER cujo início de pagamento vai iniciar-se em 2021.

A taxa de desconto aplicada aos passivos foi de 6,69%, calculada com base em estudo efetuado por uma entidade independente.

De salientar que durante o exercício o Grupo manteve a liquidação das prestações correntes perante a Autoridade Tributária e em parte com a Segurança Social, a dívida vencida referente a contribuições ascende a 438 milhares de euros e encontra-se por formalizar pela SS o plano prestacional do âmbito do PR, aguardando-se a fixação do valor final pelo Juízo do Comércio de Sintra.

EVOLUÇÃO ENDIVIDAMENTO (a) - 2012/2018



(a) – Passivo não Corrente + Passivo Corrente, excluído dos Passivos por Impostos Diferidos

No sentido de auxiliar a análise do impacto da única subsidiária nas contas consolidadas, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores nos dois últimos exercícios da Gestigráfica Soc. Gestora Participações Sociais, S.A. (conforme contas individuais da subsidiária):

GESTIGRÁFICA SOC. GESTORA PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DESCRIÇÃO	2020	2019	Var. 20/19
Activo Líquido Total	1	311	(310)
Passivo Total	460	930	(470)
Capital Próprio	(459)	(618)	159
Capital Social	53	53	0
Resultado Líquido	159	46	113
Vendas Líquidas	0	0	0
<i>(Valores em milhares de Euros)</i>			

O resultado líquido individual desta subsidiária foi de 159 milhares euros e contribuiu em 154 milhares de euros positivos para o resultado consolidado do grupo, depois de expurgados os movimentos intra-grupo.

PERSPETIVAS PARA 2021

Para 2021, devido á continuidade dos impactos da crise gerada pelo Covid-19, em especial no primeiro semestre em que o país volta a fase de confinamento, prevê-se uma recuperação ligeira entre os 3 e 4%.

No sector de atividade onde a Lisgráfica se enquadra os efeitos da pandemia têm um impacto elevado a nível trabalhos comerciais (catálogos e folhetos), quanto às publicações periódicas (jornais e revistas), apesar de terem registado um decréscimo nas tiragens, continuam a ser editadas com regularidade.

Apesar destas condicionantes, antecipa-se uma ligeira recuperação no sector gráfico e no caso concreto da empresa-mãe um incremento de faturação, mas difícil de quantificar no contexto atual.

Tendo em consideração estas circunstâncias a empresa Lisgráfica revê em baixa as expectativas previstas no Plano de Recuperação para os próximos anos, antecipando um esforço redobrado para cumprimento dos compromissos financeiros.

No entanto, a Empresa tomou medidas para mitigar os efeitos da crise pandémica que se iniciou no ano anterior, entre elas:

- Ajustar a estrutura de custos fixos, nomeadamente em termos de Fornecimentos e Serviços Externos, adaptação de horários de trabalho;
- Melhorar a rentabilidade dos trabalhos produzidos com aumento da eficiência;

- Melhorar o EBITDA;

- Recalendarizar o serviço da dívida, adaptando este ao cash flow disponível, de forma a cumprir as responsabilidades financeiras e, em simultâneo, suportar os custos com a reestruturação prevista.

O Plano de Recuperação que foi aprovado por uma expressiva maioria dos credores em meados de Novembro de 2018, homologado em inícios de Fevereiro de 2019, tendo transitado em julgado em finais do mesmo mês, tem estado a ser cumprido perante os credores.

É convicção da Administração que, apesar de a Empresa mãe apresentar capitais próprios negativos, com referência a 31 de dezembro de 2020, as medidas acima referidas, que começaram a surtir efeito em 2019 e se repercutirão em anos seguintes, assegurarão a sustentabilidade da atividade, e terão já efeitos positivos no curto prazo, permitindo à Empresa voltar a Resultados Correntes e Resultados Operacionais positivos e assegurar, em simultâneo, o serviço da dívida no âmbito do Plano de Recuperação e dos compromissos financeiros correntes, o que justifica que a Empresa continue a preparar as suas demonstrações financeiras numa ótica de continuidade das operações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada às empresas do Grupo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

O Conselho de Administração no cumprimento do disposto no Artigo 35º do CSC irá comunicar à Assembleia Geral de Acionistas o facto de estar perdido mais de metade do Capital Social do Grupo.

Com o novo Plano de Recuperação, no âmbito da Insolvência, a empresa mãe já começou e continuará a implementar um conjunto de medidas, que terão um efeito significativo nítido na melhoria dos resultados de exploração e estrutura financeira do Grupo.

S. Marcos 30 de abril de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Pedro Franco Brás Monteiro

Luis Paulo Fernandes Cruz

António Brás Monteiro

RELATÓRIO GOVERNO SOCIETÁRIO

**PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA,
ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE**

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da Sociedade, integralmente subscrito e realizado, é de nove milhões trezentos e trinta e quatro mil oitocentos e trinta e um euros, sendo representado por um total de cento e oitenta e seis milhões seiscentas e noventa e seis mil seiscentas e vinte ações nominativas, ordinárias, escriturais com o valor nominal de cinco cêntimos de Euro, cada uma.

A totalidade das ações representativas do capital social encontra-se admitida à negociação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon.

À data de 31.12.2020, as participações no capital social da Sociedade eram as seguintes:

Acionistas	N.º Ações	% Capital	% Direitos de Voto
Rasográfica Comércio e Serviços Gráficos, S.A.	95.196.620	50,99	51,37
Gestprint, Gestão Com. Ind. Gráficas, S.A.	72.223.016	38,68	38,97
Free float	17.889.525	9,58	9,65
Ações próprias	1.387.459	0,74	0

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à sua titularidade.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O número de ações próprias detidas no final do exercício é de 1.387.459 ações, que corresponde a 0,74% de direitos de voto.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de

uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)

Não foram celebrados pela Sociedade acordos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de transição de controlo da Sociedade.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não foram adotadas pela Sociedade medidas defensivas, designadamente que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção por acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

A Sociedade desconhece a existência de acordos parassociais.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

À data de 31.12.2020, as participações qualificadas no capital social da Sociedade eram as seguintes:

Acionistas	N.º Ações	% Capital	% Direitos de Voto
Rasográfica Comércio e Serviços, S.A.	95.196.620	50,99	51,37
Gestprint, Gestão Com. Ind Gráficas S.A.	72.223.016	38,68	38,97

Segundo é do conhecimento da Sociedade, as ações da Rasográfica Comércio e Serviços, S.A. e Gestprint, S.A. são diretamente detidas, desconhecendo outras fontes ou causas de imputação.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não são detentores de quaisquer ações da sociedade.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Os Estatutos da Sociedade, que se encontram disponíveis no sítio na Internet da Lisgráfica, estipulam no Artigo 8.º, nos n.ºs 1 a 3, as regras e condições em que o Conselho de Administração pode elevar o capital social, a saber:

“1. O Conselho de Administração poderá, quando o julgar conveniente, e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, elevar o capital social, por uma ou mais vezes, até à importância total de aumento correspondente a três quartos do capital social existente à data desta autorização ou na de cada uma das suas eventuais renovações.

2. O Conselho de Administração pode igualmente, sem prejuízo da competência concorrente da Assembleia Geral, emitir warrants autónomos sobre valores mobiliários próprios, podendo tais warrants conferir direito à subscrição ou aquisição de ações da Sociedade até ao limite estabelecido no número anterior.

3. O Conselho de Administração fixará as condições das novas emissões, bem como as formas e os prazos em que poderá ser exercido o direito de preferência legal dos acionistas, salvo deliberação da Assembleia Geral de limitação ou supressão, tomada com os requisitos legais, sem prejuízo de a parte da atribuição preferencial não subscrita pelos acionistas poder eventualmente ser oferecida à subscrição de terceiros, nos termos permitidos pela lei e pela deliberação de emissão.”

Não existe nenhum montante emitido ao abrigo da autorização estatutária conferida ao Conselho de Administração no ano de 2020.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Existem relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas, as quais se enquadram nas condições normais de mercado.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral*

* ao longo do ano de referência

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Assembleia-Geral:

- a) Presidente: Dr. João Paulo Rodrigues Cervino Padrão
- b) Vice-Presidente: Dr.ª Inês de Castro Amaro Ruella Ramos

Os membros da mesa da assembleia geral foram eleitos para desempenhar funções durante o

quadriênio 2019 a 2022.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (art. 245.º-A, n.º 1, al. f);

Não existem regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidas por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

De acordo com o disposto no n.º 3 do Artigo 9.º dos Estatutos da Sociedade, a cada duas mil e quinhentas ações corresponde um voto. O n.º 4 do mesmo Artigo prevê ainda que os titulares de ações em número inferior ao exigido para conferir voto poderão agrupar-se de forma a completar o mínimo exigido, fazendo-se então representar por qualquer dos agrupados.

O voto pode ser presencial ou por correspondência, conforme previsto no Artigo 10 dos Estatutos.

A Assembleia-Geral é composta e representa a universalidade dos acionistas com direito a, pelo menos, um voto, desde que as respetivas ações estejam registadas em seu nome em instituição financeira com a antecedência mínima prevista na lei.

Por último, no que respeita à representação voluntária, os Estatutos dispõem que os acionistas com direito a voto poderão fazer-se representar por pessoa com capacidade jurídica plena designada para o efeito, mediante carta da qual conste a identificação da reunião da Assembleia-geral e os assuntos para que o mandato é conferido, a qual deverá ser dirigida ao presidente da mesa da Assembleia-geral e recebida na sede da Sociedade até às 17 horas do dia anterior ao da data marcada para a realização da Assembleia-geral (Artigo 9.º).

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Não existem regras estatutárias que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidas por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Os Estatutos não estabelecem a necessidade de as deliberações acionistas observarem maiorias qualificadas, para além das legalmente previstas.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de

Supervisão)

a) Composição*

*ao longo do ano de referência

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A Sociedade adota, do ponto de vista da sua organização interna, o modelo de governação clássico, composto por (i) Conselho de Administração, (ii) Conselho Fiscal e (iii) Revisor Oficial de Contas.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

De harmonia com o disposto no artigo 13.º dos Estatutos da Sociedade, os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, por quatro anos. Cabe ao Conselho de Administração designar o respetivo presidente e vice-presidente quando não tenham sido designados pela assembleia geral eletiva.

O número de membros do Conselho de Administração (num máximo de 7) considera-se estabelecido pela deliberação de eleição respetiva, correspondendo ao número de membros eleitos, sem prejuízo da possibilidade desse número ser modificado no decurso do mandato até ao limite estatutário.

Nos casos de substituição, designação suplementar e de recomposição do Conselho de Administração antes do termo do mandato para que o mesmo fora designado, pode a designação ser feita por período correspondente ao remanescente do mandato original.

O artigo 14.º dos Estatutos estabelece que o Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da Sociedade num ou em mais administradores ou numa Comissão Executiva composta por três membros.

O modelo de governo societário da Lisgráfica não contempla a existência de um Conselho Geral e de Supervisão.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

O Conselho de Administração, cujo limite máximo de membros conforme atual redação dos Estatutos é de sete, é atualmente composto por 3 membros, os 3 eleitos na Assembleia Geral Anual de 2020, para exercerem funções durante o mandato 2019-2022. Não está definido nos Estatutos da Sociedade um número mínimo de membros. O Conselho de Administração tem 2 administradores com funções executivas e 1 administrador sem funções executivas, a saber:

a) Administradores executivos:

Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro, Administrador desde 2007 até 2008, tendo retomado a função de Administrador em 2016

Dr. Luis Paulo Fernandes Cruz, primeira designação em Maio de 2020;

b) Administrador não executivo:

Dr. António Brás Monteiro, Administrador desde 2011 até 2016, tendo retomado a função de Administrador em Maio 2020.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

O Conselho de Administração é atualmente composto por 3 membros dos quais 2 são executivos, os Senhores Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro e Dr. Luis Paulo Fernandes Cruz, e um não executivo o Senhor Dr. António Brás Monteiro.

O Administrador não executivo não cumpre integralmente as regras de independência estabelecidas no Código das Sociedades Comerciais, uma vez que é Administrador da acionista Gestprint, Gestão Com. Ind. Gráficas S.A.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

O Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro licenciado em Direito, é atualmente Administrador da Gestprint – Gestão de Comércio e Indústrias Gráficas e Afins S.A, Gerente na Weltbauen – Engenharia e Construção, Lda e Gerente na Pedra Alta – Sociedade Agrícola Lda; não é detentor de quaisquer ações da Sociedade e o seu atual mandato iniciou-se em 2019 e termina em 2022.

O Dr. Luis Paulo Fernandes Cruz é Licenciado em Economia, é atualmente Administrador da Sogapal, Sociedade Gráfica da Paiã S.A. não é detentor de quaisquer ações da Sociedade e o seu atual mandato iniciou-se em 2020 e termina em 2022.

O Dr. António Brás Monteiro é Licenciado em Direito, é atualmente Administrador da Gestprint, Gestão Com. Ind. Gráficas S.A., não é detentor de quaisquer ações da Sociedade e o seu atual mandato iniciou-se em 2020 e termina em 2022.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Existem relações profissionais, habituais mas não significativas, entre dois administradores com funções executivas com a acionista Rasográfica S.A dado que são também Administradores dessa acionista.

O Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração na Rasográfica S.A.

O Dr. Luis Paulo Fernandes Cruz, ocupa o cargo de Administrador na Rasográfica S.A.

Existem relações profissionais, habituais mas não significativas, entre um membro do Conselho de Administração sem funções executivas e a acionista Gestprint S.A.

O Dr. António Brás Monteiro ocupa o cargo de Administrador na Gestprint S.A.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

A Sociedade adota, do ponto de vista da sua organização interna, o modelo de governação composto por (i) Conselho de Administração, (ii) Comissão Executiva (iii) Conselho Fiscal e (iv) Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração exerce um controlo efetivo na orientação da vida da Sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com determinada importância.

O Conselho de Administração, cujo limite de membros, conforme atual redação dos estatutos, é de sete, é atualmente composto por 3 membros, com mandato conferido na Assembleia Geral Anual de 2020, sendo 2 Administradores Executivos e 1 Administrador não executivo, a saber:

- a) Administradores Executivos:
 - Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro
 - Dr. Luis Paulo Fernandes Cruz

- b) Administrador não-Executivo:
 - Dr. António Brás Monteiro

O Conselho de Administração reúne, estatutariamente, pelo menos uma vez por trimestre.

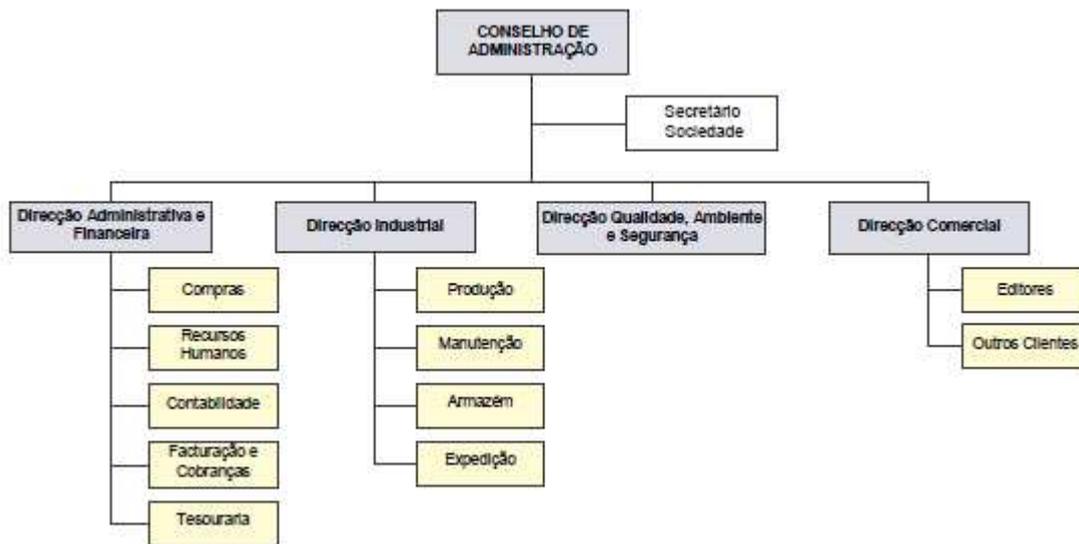
No actual mandato não foi designada uma Comissão Executiva.

Por seu turno, a Assembleia-Geral representa a totalidade dos acionistas, tendo como competências as definidas por Lei e pelos Estatutos.

No que respeita ao Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, estes órgãos têm por missão o exercício das competências legalmente fixadas.

Existe uma Comissão de Remunerações à qual, por delegação da Assembleia Geral, cabe propor a remuneração dos membros dos órgãos sociais.

Quanto à sua organização interna, a Sociedade estrutura-se nos termos do seguinte organograma:



Tendo em conta o organograma acima, o processo de decisão empresarial da Sociedade assenta no exercício das respetivas competências legais e estatutárias pelo Conselho de Administração sempre coadjuvado pelos diversos departamentos que lhe prestam apoio nas respetivas áreas de competência especializada.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

A empresa possui Regulamento da Comissão Executiva, o qual pode ser consultado no sítio <http://www.lisgrafica.pt/regcomissexec.pdf> e na sede da Sociedade.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

O Conselho de Administração reúne em regra uma vez por mês; em 2020 foram realizadas 9 reuniões do Conselho de Administração, tendo sido elaboradas as respetivas atas. Regra geral, os membros que compõem cada um dos órgãos estiveram presentes em todas as reuniões.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação dos administradores é realizada pelos acionistas numa base anual no âmbito da Assembleia-Geral. O administrador não-executivo desempenha também funções de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos administradores com funções executivas.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Tal como previsto na Política de Remunerações (69.) os administradores executivos são avaliados pelos acionistas numa perspetiva anual no âmbito da Assembleia-Geral, sendo que é tida em conta a sua *performance* relativamente ao exercício em análise, o alinhamento com os interesses a médio e longo prazo da Sociedade bem como a evolução do indicador EBITDA da Sociedade a 31 de Dezembro de cada ano. Os critérios variam de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade da pessoa em causa, bem como pretendem correlacionar a componente variável da remuneração com a responsabilidade e desempenho de cada administrador em particular.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções em outras empresas do mesmo Grupo e no exercício dessas funções não tiveram direito a qualquer remuneração e/ou direitos de pensões nessas sociedades. Os cargos desempenhados em outras empresas do mesmo Grupo não afetam a disponibilidade dos membros do Conselho de Administração para os cargos que ocupam na empresa mãe. São as seguintes funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração em outras empresas do Grupo:

O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro desempenha funções de Administrador na Gestigráfica Sociedade Gestora de Participações Sociais S.A.

O Senhor Dr. Luis Paulo Fernandes Cruz desempenha funções de Administrador na Gestigráfica Sociedade Gestora de Participações Sociais S.A.

O Senhor Dr. António Brás Monteiro não desempenha quaisquer funções em outras sociedades do mesmo grupo.

As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração em Sociedades fora do grupo são:

O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é Administrador da GESTPRINT – Gestão Com. Ind. Gráficas S.A e gerente na Weltbauen – Engenharia e Construção, Lda e na Pedra Alta – Sociedade Agrícola, Lda.

O Senhor Dr. Luis Paulo Fernandes Cruz é Administrador da Sogapal Gráfica da Paiã S.A.

O Senhor Dr. António Brás Monteiro é Administrador da GESTPRINT – Gestão Com. Ind. Gráficas S.A.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Com exceção da Comissão Executiva, tendo em conta a (i) dimensão da Sociedade e (ii) a reduzida dispersão das suas ações em Bolsa, não foram criadas no seio da Sociedade quaisquer outras comissões com competências em matéria de administração e fiscalização da mesma.

Pelas mesmas razões, não foram criadas outras comissões, designadamente, para efeitos de avaliação interna do governo societário no seio do Conselho de Administração.

No actual mandato não foi nomeada uma Comissão Executiva.

O regulamento da Comissão Executiva da Lisgráfica fixa a competência, âmbito de atuação e modo de funcionamento desta Comissão e encontra-se, juntamente com os Estatutos da Sociedade, disponível para consulta no sítio da internet da Sociedade www.lisgrafica.pt.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

No actual mandato não foi nomeada uma Comissão Executiva.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

No actual mandato não foi nomeada uma Comissão Executiva

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

*ao longo do ano de referência

a) Composição *

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

O órgão de fiscalização da Sociedade é o Conselho Fiscal.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.

O Conselho Fiscal é composto da seguinte maneira:

a) Presidente: Engº António Pedro Marques Patrocínio

- b) Vogal: Dr. José Manuel Spínola Barreto Brito
- c) Vogal: Dr. Paulo Cardoso do Amaral
- d) Suplente: Dr. Eduardo de Lima Mayer Hofacker de Moser

De harmonia com o disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, fiscal único e suplente, com ou sem auditor externo inscrito ou não na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, consoante exigência legal, administrativa ou deliberação da Assembleia Geral, por período de 4 anos.

Os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos em 2019, tendo sido este o primeiro ano de nomeação para o cargo. O atual mandato vigora durante o quadriénio 2019-2022.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.

Todos os membros do Conselho Fiscal cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A, cumprindo, também, os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 21.

O Eng.º António Pedro Marques Patrocínio, licenciado em Engenharia Agronómica, foi Diretor Geral da Edipress S.A. e é gerente da Calibre Lda e da Geração Preferida Lda. Foi Administrador da Lisgráfica SA desde 2003 a 2018; não é detentor de quaisquer ações da Sociedade e o seu atual mandato iniciou-se em 2019 e termina em 2022.

O Dr. José Manuel Spínola Barreto Brito é licenciado em Finanças, é Administrador de “Grupo Joaquim Chaves/Quadrantes”. Entre 2011 e 2018 exerceu as funções de Vogal no Conselho Fiscal da Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas S.A. Não detém quaisquer ações da Sociedade, e o atual mandato iniciou-se em 2019 e termina em 2022.

O Dr. Paulo Cardoso do Amaral é licenciado em Engenharia Eletrónica de Sistemas e Computadores, Professor na “Universidade Católica” e Administrador no Grupo Expomundo. Nos últimos 5 anos exerceu as funções de Administrador na “Sinfic S.A”, “Expomundo S.A”, “ExpoAstória S.A”, de Vice – Presidente na AFCEA e de Gerente na “Osmium Lda”. Entre 2011 e 2018 exerceu as funções de Vogal no Conselho Fiscal da Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas S.A. Não detém quaisquer ações da Sociedade, e o atual mandato iniciou-se em 2019 e termina em 2022.

O Dr. Eduardo de Lima Mayer Hofacker de Moser é licenciado em Gestão de Empresas, e é colaborador na sociedade “Flatw Lda”. Nos últimos cinco anos foi Administrador de “HPA – Construções S.A” e gerente nas Sociedades “QUIM – Qualidade Imobiliária Lda” e “Socicarp – Sociedade de Assentamento de Carpintarias e Construção Civil Lda”. Entre 2011 e 2018 exerceu as funções de Vogal-suplente no Conselho Fiscal da Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas S.A. Não detém quaisquer ações da Sociedade, e o atual mandato iniciou-se em 2019 e termina em 2022.

Remete-se, neste ponto, por relevante, para o ponto 36. do presente Relatório.

b) Funcionamento

- 34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22**

O Regulamento do Conselho Fiscal está disponível no site da Sociedade <http://www.lisgrafica.pt/regconfisc.pdf>, desde meados de 2014.

- 35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.**

Quanto ao Conselho Fiscal, não existe uma regra definida no que diz respeito à regularidade das reuniões desse órgão. Em 2020 o Conselho Fiscal efetuou 2 reuniões com elaboração das atas correspondentes. Regra geral os membros que compõem este órgão estiveram presentes em todas as reuniões.

- 36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.**

Remete-se para o ponto 33 deste Relatório.

Não se conhece qualquer impedimento em termos de disponibilidade dos membros do Conselho Fiscal pelo fato de ocuparem cargos em outras empresas.

c) Competências e funções

- 37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.**

A Sociedade encontra-se a avaliar e regulamentar os procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Conselho Fiscal na contratação de serviços ao auditor externo, procedimentos que serão aplicáveis no término do actual mandato do auditor externo.

- 38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.**

No que respeita ao Conselho Fiscal, este órgão tem por missão o exercício das competências legalmente fixadas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS**39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda, inscrita na CMVM sob o n.º 20160596 e representada pelo Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André (ROC n.º 979).

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O Revisor Oficial de Contas exerce funções na Sociedade a partir do presente exercício e foi nomeado para o período de 2019 a 2022.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Os outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas, que também é o Auditor Externo, estão descritos no n.º 46.

O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.

V. AUDITOR EXTERNO**42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.**

O Auditor Externo da Sociedade é a Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda, inscrita na CMVM sob o n.º 20160596 representada pelo Dr. Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André (ROC n.º 979).

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O Auditor Externo exerce funções na Sociedade desde o exercício de 2019.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe regra definida quanto ao período de rotatividade do auditor externo, sendo aplicável a legislação geral sobre esta matéria. De todo o modo, é relevante referir que foi promovida a rotatividade do titular deste órgão de fiscalização, com a eleição de um novo auditor externo para o quadriénio 2019-2022.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

O órgão responsável pela avaliação do auditor externo é o Conselho Fiscal. A avaliação é feita anualmente. No ano em curso não existiu qualquer proposta, por parte do Conselho Fiscal, para a substituição do Auditor Externo.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

A Sociedade não contratou no exercício os serviços da empresa do Auditor Externo para quaisquer outros para além dos serviços de auditoria e revisão de contas.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

Pela Sociedade*	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	€ 27.625/100%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	€ 0,00/0%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	€ 0,00/0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	€ 0,00/0%
Por entidades que integrem o grupo*	
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	€ 0,00/0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	€ 0,00/0%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	€ 0,00/0%
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	€ 0,00/0%

* Incluindo contas individuais e consolidadas

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Os Estatutos da Sociedade não estabelecem regras específicas relativas à respetiva alteração, pelo que se aplicam as regras legalmente previstas.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou regras relativas aos procedimentos aplicáveis à receção e tratamento das comunicações de irregularidades apresentadas pelos interessados e à averiguação da efetiva existência das irregularidades e respetiva sanção. As linhas gerais da política de comunicação de irregularidades da Sociedade são as seguintes:

Os acionistas, membros de órgãos sociais, dirigentes, diretores, quadros, trabalhadores, prestadores de serviços, colaboradores, fornecedores, clientes ou outros *stakeholders* da Lisgráfica que detetem ou tenham conhecimento de situações ou fundadas dúvidas de desconformidade de tais situações em relação a regras legais, estatutárias, deontológicas ou de ética profissional, ou a normas contidas em quaisquer documentos internos ou regulamentos, recomendações, diretrizes ou orientações aplicáveis à Sociedade, podem e devem reportar tais irregularidades ao Presidente do Conselho Fiscal, através do e-mail irregularidadesCF@lisgrafica.pt e/ou através do endereço postal - Presidente do Conselho Fiscal, Estrada de São Marcos, 27, 2735-521 Agualva Cacém.

As irregularidades comunicadas serão apreciadas pelo Presidente do Conselho Fiscal. Serão adotadas medidas para permitir, no âmbito de todo o procedimento de receção e apreciação das irregularidades comunicadas, o cumprimento de deveres de confidencialidade adequados, sendo ainda assegurado, regra geral, o direito de eliminação e/ou de retificação de dados inexatos, incompletos ou equívocos comunicados pelos denunciante.

As entidades competentes para a apreciação das irregularidades averiguarão, com a celeridade possível e adequada ao caso em apreço, todos os factos comunicados e suscetíveis de serem enquadrados na política de comunicação e tratamento de irregularidades da Sociedade, adotando as medidas que entendam necessárias para sanar as irregularidades comunicadas e comprovadas pelo procedimento de averiguação notificando, para o efeito, o denunciante sobre o desfecho do procedimento de averiguação de irregularidades.

Nos termos da sua política de comunicação e tratamento de irregularidades, a Lisgráfica tomará as medidas necessárias para que não se verifiquem atos de discriminação contra os denunciante de irregularidades ou contra quaisquer pessoas que colaborem no âmbito dos respetivos procedimentos de averiguação, relacionados com a comunicação das irregularidades verificadas no seio da Sociedade.

A listagem de irregularidades detetadas e a indicação de eventuais medidas corretivas e de sanção aplicadas serão comunicadas pelas entidades competentes para a apreciação de irregularidades ao Conselho de Administração, com periodicidade trimestral.

A política integral de comunicação e tratamento de irregularidades da Sociedade está disponível e pode ser consultada no sítio:

<http://www.lisgrafica.pt/Política da sociedade e procedimentos para comunicação de irregularidadesFinal.pdf>

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Embora a complexidade da Sociedade não justifique a existência de auditoria interna, não tendo sido criados uma comissão e/ou departamento específico para o efeito, tal controlo tem sido garantido e assegurado pelo Conselho de Administração.

De todo o modo, com o objetivo de reforçar e melhor assegurar o controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração da Lisgráfica aprovou uma Política da Sociedade e Procedimentos para Comunicação e Tratamento de Irregularidades. A este respeito, *vide* o exposto no ponto 49. do presente relatório.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Remete-se, neste ponto, para o organograma apresentado no ponto 21.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

O Conselho de Administração pauta a sua atuação pelo sistemático acompanhamento do risco inerente ao sector de atividade em que a Sociedade atua, procurando, de forma atempada, identificar situações potencialmente geradoras de risco bem como minimizar as situações de risco entretanto detetadas, assim salvaguardando o valor da Sociedade. A gestão do risco compreende os processos de identificação dos riscos atuais e potenciais, bem como a análise do seu possível impacto nos objetivos estratégicos da organização, prevendo a probabilidade da sua ocorrência, de modo a determinar a melhor forma de gerir a exposição a esses riscos.

A Sociedade procura aconselhamento com relação a documentos com relevância jurídica que submete à análise por escritórios de advogados externos especializados, nomeadamente nas áreas de direito dos valores mobiliários, direito administrativo e direito fiscal.

O acompanhamento por parte do Conselho de Administração da Sociedade do risco inerente ao sector da atividade em que esta atua, tal como o aconselhamento externo relativamente a documentos com relevância jurídica, tem permitido salvaguardar o valor da Lisgráfica e identificar, gerir e minimizar, de forma tempestiva e eficaz, situações potencialmente geradoras de risco, tendo-se verificado que tal sistema tem, como tal, sido adequado à dimensão, estrutura, especificidade, atividade e complexidade da Sociedade, sendo um dos primordiais objetivos do Conselho de Administração a manutenção das medidas que tem aplicado, bem como a constante supervisão e identificação dos potenciais riscos a que a Sociedade esteja ou possa vir a estar exposta.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

A principal atividade da Sociedade é a impressão de revistas, jornais e folhetos. A Sociedade está sujeita à evolução do volume da procura, que deriva da evolução do mercado publicitário

o qual, por sua vez, reage à conjuntura económica. No que respeita ao preço dos serviços prestados, a Sociedade pratica preços de mercado e é adequadamente competitiva e com bons índices de produtividade comparada. São igualmente de assinalar o risco associado ao comportamento do preço das matérias-primas, ao risco da evolução da taxa de juro (a possibilidade de flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro do mercado), o risco de liquidez (que traduz a capacidade da Sociedade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis) e o risco de crédito (associado ao agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem a economia a uma escala local, nacional ou internacional, podendo originar a incapacidade dos clientes da Sociedade para saldarem as suas obrigações perante aquela, com efeitos negativos nos seus resultados).

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Remete-se neste ponto o descrito no ponto 52.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

Remete-se neste ponto o descrito no ponto 52.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as Relações com o Mercado, cabendo-lhe atender todos os acionistas interessados em informações sobre a Sociedade, e dispõe do endereço de e-mail: apoioaoinvestidor@lisgrafica.pt.

Dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua atividade ao longo do ano, quer em comunicados para a CMVM, quer, quando apropriado, através de contactos com a Comunicação Social. O referido Representante é o Senhor Dr. Orlando Joaquim Marecos Raimundo.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a Sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Factos Relevantes, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade.

O endereço eletrónico do sítio é www.lisgrafica.pt.

57. Representante para as relações com o mercado.

O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, cabendo-lhe atender todos os acionistas interessados em informações sobre a Sociedade e dispõe do endereço de e-mail: apoioaoinvestidor@lisgrafica.pt.

O referido Representante é o Senhor Dr. Orlando Joaquim Marecos Raimundo.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Não foram registados quaisquer pedidos de informação de acionistas durante o exercício de 2020.

V. Sítio de Internet**59. Endereço (s).**

O endereço do sítio da internet da Sociedade www.lisgrafica.pt.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

As menções sociais exigidas por lei encontram-se mencionadas em contratos, correspondência, anúncios e, de um modo geral, em toda a atividade externa da Sociedade, podendo ser também consultados no sítio: http://www.lisgrafica.pt/lisgrafica_identificacao.pdf.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os estatutos podem ser consultados no sítio http://www.lisgrafica.pt/lisgrafica_estatutos.pdf, o Regulamento da Comissão Executiva pode ser consultado no sítio <http://www.lisgrafica.pt/regcomissexec.pdf> e o Regulamento do Conselho Fiscal pode ser consultado no sítio <http://www.lisgrafica.pt/regconfisc.pdf>.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

Estes elementos podem ser consultados no sítio da internet da Sociedade: http://www.lisgrafica.pt/os_mandato_2019_2022.pdf

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Estes elementos podem ser consultados no sítio da internet da Sociedade: www.lisgrafica.pt.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Estes elementos podem ser consultados no sítio da internet da Sociedade em www.lisgrafica.pt e nos demais locais de publicação obrigatória quando aplicável.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Estes elementos podem ser consultados no sítio da internet da Sociedade: www.lisgrafica.pt.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Nos termos dos Estatutos, a remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é apreciada e aprovada pela Assembleia-Geral, com possibilidade de delegação na Comissão de Vencimentos.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos foi criada em 30 de Maio de 2005, sendo composta atualmente pelo Sr. Dr. Manuel José de Lemos Ribeiro e Sr. Dr. Francisco Maria Rego de Mello e Castro e pelo, eleitos em Assembleia-Geral de acionistas de Junho de 2019, para exercer funções durante o quadriénio 2019-2022. Na Assembleia Geral Anual de Acionistas está presente um dos membros da Comissão de Vencimentos.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros da Comissão de Vencimentos são pessoas de grande experiência pessoal e empresarial e portanto de reconhecida competência para o desempenho das funções atribuídas. Os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

O Dr. Manuel José de Lemos Ribeiro é licenciado em Economia. Nos últimos cinco anos exerceu funções de Vogal do Secretariado da Delegação Regional Norte da Ordem dos Economistas. Entre 2011 e 2018 exerceu funções na Comissão de Vencimentos da Lisgráfica Impressão e Artes Gráficas, S.A. O atual mandato iniciou-se em 2019 e termina em 2022.

Dr. Francisco Maria Rego de Mello e Castro, licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Exerceu funções de Diretor Coordenador Financeiro-Administrativo (DFA) do “Grupo Schröder Portugal” e de Diretor Geral Administrativo e Financeiro da “Sociedade de Advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados R.L.”. Não é titular de quaisquer ações da sociedade.

III. Estrutura das remunerações

69. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não aplicável, conforme ponto 70.

70. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A remuneração dos Administradores Não-Executivos é exclusivamente composta por uma componente fixa e pelos benefícios já em vigor relativos a seguro de saúde e utilização de telemóvel até determinado montante, assentando em padrões de remuneração de funções semelhantes em empresas de dimensão idêntica e do mesmo sector de atividade.

A remuneração dos Administradores Executivos é composta apenas por uma componente fixa.

Relativamente aos benefícios dos Administradores Executivos, como já foi referido *supra*, esses são compostos pelo seguro de saúde com o limite de prémio anual no valor de 1.500 euros e pela utilização de telemóvel sem limite mensal de custos de chamadas e da viatura com limite de valor global de 60.000 euros a que acresce o seguro automóvel, reparações, taxas e impostos.

71. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

No ponto 2 do Artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade dispõe-se que possam ser instituídos regimes de reforma por velhice ou invalidez dos administradores ou atribuir complementos de pensões de reforma, não tendo, no entanto sido, até esta data, instituídos quaisquer regimes de reforma ou complementos de pensões de reforma.

IV. Relatório das remunerações

72. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Nos termos dos Estatutos, a proposta de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é apreciada e aprovada pela Assembleia-Geral, com possibilidade de delegação na Comissão de Vencimentos. Como tal, foram aprovados, na Assembleia Geral de 30 de Junho

de 2020, sob proposta da Comissão de Vencimentos, e ratificados em todas as Assembleias Gerais Anuais posteriores os seguintes princípios orientadores observados na política de remuneração dos órgãos sociais da Sociedade:

- (a) De acordo com o artigo 422.º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal auferem uma retribuição fixa paga em 12 mensalidades, e determinada de acordo com as funções desempenhadas e a situação económica da Sociedade.
- (b) Do mesmo modo, a remuneração do Auditor Externo é apenas composta por uma componente fixa.
- (c) A Comissão de Vencimentos determina a atribuição de uma componente fixa na remuneração dos administradores, atendendo às políticas seguidas em empresas do sector, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões.
- (d) A remuneração dos Administradores Não-Executivos é exclusivamente composta por uma componente fixa, assentando em padrões de remuneração de funções semelhantes em empresas de dimensão idêntica e do mesmo setor de atividade.
- (e) A remuneração dos Administradores-Executivos é exclusivamente composta por uma componente fixa, e pelos benefícios já em vigor relativos a seguro de saúde e utilização de telemóvel até determinado montante, assentando em padrões de remuneração de funções semelhantes em empresas de dimensão idêntica e do mesmo setor de atividade.
- (f) A remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Lisgráfica não inclui qualquer mecanismo de atribuição ou aquisição de ações ou de opções ou outros direitos sobre ações da Lisgráfica ou qualquer das suas participadas.

No que concerne à avaliação dos administradores, a mesma é realizada pelos acionistas numa base anual no âmbito da Assembleia-Geral.

Por último, no que diz respeito aos pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores, estes estão definidos nos seguintes termos:

- a) Cessão de funções por motivos de renúncia ou destituição com justa causa
Não há lugar a compensação, quer para os Administradores Executivos quer para os Não Executivos
- b) Cessão de funções por destituição sem justa causa
 - i) Administradores Não-Executivos
Confere o direito a uma compensação correspondente ao montante que o Administrador viria a auferir até ao final do mandato a título de Componente Fixa, se não tivesse ocorrido a cessação, e que em qualquer circunstância não seria inferior a um ano.
 - ii) Administradores Executivos
Confere o direito a uma compensação correspondente ao montante que o Administrador viria auferir até ao final do mandato a título de Componente Fixa se não tivesse ocorrido a cessação, acrescida do montante correspondente à Componente Variável referente à totalidade do período não decorrido do mandato e até final deste, calculada tendo por base a média ponderada da Componente Variável auferida no decurso do mandato, sendo que, em qualquer circunstância, as referidas componentes não serão inferiores a um ano, respetivamente.

73. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

Conforme já referido *supra*, em 69., o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração com os interesses de sustentabilidade da Sociedade é conseguido através da atribuição apenas de uma remuneração fixa de base alinhada com as práticas de remuneração e valor aplicadas por empresas de dimensão e complexidade.

- a) Em 2020 não foram pagos quaisquer valores relativos a remuneração variável;
- b) Não foram pagos em 2020 indemnizações a ex-administradores, nem são devidas quaisquer quantias relativas a indemnizações a ex-administradores;
- l) Existe um contrato de administração, e este não prevê indemnizações em caso de demissão por iniciativa do titular do órgão de administração;
- m) No exercício de 2020 os Administradores da Lisgráfica não auferiram qualquer remuneração de sociedades que com ela estejam em relação de Grupo;
- n) Embora os Estatutos prevejam que possam ser instituídos regimes de reforma por velhice ou invalidez para Administradores, até esta data tal não foi instituído;
- o) Não existem outros benefícios não pecuniários relevantes que sejam considerados como remuneração, que não estejam indicados nos pontos anteriores;
- p) Não foram celebrados contratos com os administradores nem existe conhecimento de que algum administrador tenha celebrado com terceiros contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

74. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos Administradores Executivos não integra uma componente variável, em face do desempenho da sociedade nos últimos.

75. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não existe plano de atribuição de ações.

76. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não existe plano de atribuição de exercício de opções.

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade.

Os montantes de remunerações fixas pagos aos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade no exercício de 2020 foram os seguintes:

Remuneração Global do Conselho de Administração **Total: € 109.794**

Descrição	Montante
Dr. Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão	€14.023
Dr. Jaime Luciano Marques Baptista da Costa	€44.682
Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro	€51.089
Remuneração global do Conselho Fiscal	€5.200
Remuneração do Auditor Externo	€27.625

Não foram pagos quaisquer outros valores aos órgãos de administração, uma vez que a empresa não tem na sua política de remunerações, atribuição de remuneração variável, conforme determinado na Assembleia Geral Anual de 2020.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2020 os Administradores da Lisgráfica não auferiram qualquer remuneração de sociedades que com ela estejam em relação de Grupo.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

As componentes de remuneração dos Administradores Executivos têm uma parte fixa e uma parte variável, a remuneração do Administrador não Executivo tem apenas uma parte fixa, como acima descrito.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagos em 2020 indemnizações a ex-administradores, nem são devidas quaisquer quantias relativas a indemnizações a ex-administradores. Todas as remunerações, fixas ou variáveis, atribuídas aos administradores foram registadas como custo no exercício em que ocorreram. De salientar que a partir de 2020, inclusive a empresa não tem na sua política de remunerações, atribuição de remuneração variável.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Remuneração Global do Conselho Fiscal **Total: €5.200**

Descrição	Montante
Presidente do Conselho Fiscal	€ 2.000
Dois Vogais	€1.600/cada

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da

assembleia geral.

O presidente da mesa da Assembleia-Geral não auferir qualquer remuneração pelo exercício do referido cargo.

83. Indicação da remuneração média anual dos trabalhadores a tempo inteiro da sociedade (excluindo os membros dos órgãos de administração).

ANO	CUSTO ANO
2020	26.140 €
2019	26.136 €
2018	25.730 €
2017	25.815 €
2016	27.137 €

V. Acordos com implicações remuneratórias
--

84. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

I. No caso de Administrador Não-Executivos

Confere o direito a uma compensação correspondente ao montante que o Administrador viria auferir até ao final do mandato a título de Componente Fixa, se não tivesse ocorrido a cessação, e que em qualquer circunstância não será inferior a um ano.

II. No caso de Administrador Executivo

Confere ao Administrador Executivo direito a uma compensação correspondente ao montante que viesse a auferir até ao final do mandato a título de Componente Fixa, sendo que, em qualquer circunstância, a referida componente não será inferiores a um ano.

85. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

No que diz respeito aos pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores, no exercício a que se reporta o presente relatório não houve qualquer pagamento.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')
--

86. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

No exercício de 2020, bem como nos anteriores, não foi adotado pela Sociedade qualquer plano de atribuição de ações ou plano de opções de aquisição de ações.

87. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

No exercício de 2020, bem como nos anteriores, não foi adotado pela Sociedade qualquer plano de atribuição de ações ou plano de opções de aquisição de ações.

88. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

No exercício de 2020, bem como nos anteriores, não foi adotado pela Sociedade qualquer plano de atribuição de ações ou plano de opções de aquisição de ações.

89. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

A Sociedade não prevê sistema de participação de trabalhadores no capital.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**I. Mecanismos e procedimentos de controlo****90. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).**

O Conselho Fiscal analisa os negócios entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, com base na informação disponibilizada pela Sociedade ou, quando necessário, solicita informação adicional e compara com operações idênticas ocorridas entre outras empresas.

91. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Os negócios e operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em relação ocorreram dentro das condições normais de mercado. Com a acionista Rasográfica S.A não existiu relação comercial significativa durante o presente exercício. A relação comercial com a acionista Gestprint S.A engloba um contrato de serviços de consultoria e apoio na área comercial o qual se iniciou em junho de 2016 e um contrato de serviços de apoio industrial. O valor debitado pela Gestprint em 2020 foi de respetivamente 36.000 e 73.500 Euros, acrescidos de IVA. A Lisgráfica prestou, ainda, durante o presente exercício, serviços de impressão de trabalhos gráficos solicitados pela acionista Gestprint no valor de 451 milhares de euros, acrescidos de IVA.

92. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os procedimentos e critérios aplicáveis estão devidamente descritos no ponto 89. do presente Relatório.

II. Elementos relativos aos negócios

93. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

Na Nota n.º 27 do Anexo às Contas Consolidadas estão descritos os negócios com partes relacionadas e quais os valores envolvidos no exercício.

PARTE II: AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

A Sociedade Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (adiante “Lisgráfica” ou “a Sociedade”), sociedade aberta sujeita à lei portuguesa, é uma sociedade emitente de ações que se encontram admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon.

A Lisgráfica está abrangida pelas disposições legais regulamentares vigentes em Portugal em matéria de governo das sociedades, designadamente, quanto ao disposto no artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, bem como pela regulamentação emitida pela CMVM relativa ao Governo das Sociedades.

A Sociedade reconhece a importância, especialmente relevante no caso de sociedades com capital disperso pelo público, da existência de mecanismos de bom governo societário no estabelecimento e fortalecimento de uma relação aberta entre os acionistas e a administração da sociedade, o que passa pelo fornecimento de informação clara e transparente a todos os detentores de capital e pelo empenhamento da administração em cumprir as suas obrigações perante os mesmos. Constitui assim objetivo da Lisgráfica a concretização de um modelo de gestão integrada e eficaz que procure a valorização do investimento dos acionistas, através de uma gestão prudente dos riscos inerentes aos negócios.

No que respeita ao exercício de 2020, a Lisgráfica encontra-se sujeita ao Código de Governo das Sociedades da Comissão do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG). O presente relatório foi elaborado de acordo com o disposto no regulamento acima mencionado.

A Lisgráfica não se encontra sujeita, nem aderiu voluntariamente, a nenhum outro código de governo das sociedades.

De seguida, são elencadas as recomendações contidas no Código do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), com indicação da respetiva adoção ou não adoção, sempre que as mesmas sejam aplicáveis à estrutura da Lisgráfica, acompanhadas ainda de observações sumárias, quando pertinente, quanto a algumas dessas recomendações. Assim, quando a estrutura ou as práticas de governo da Sociedade diverjam das recomendações da CMVM ou de outros códigos a que a Sociedade se sujeite, serão explicitadas as partes de cada código não cumpridas e feita remissão para a parte do Relatório onde a descrição dessa situação pode ser encontrada.

RECOMENDAÇÕES DA CMVM	GRAU DE CUMPRIMENTO	RELATÓRIO	OBSERVAÇÕES
I.1 RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM INVESTIDORES E INFORMAÇÃO			
I.1.1 A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Adoptada	23,35 e 63	Nas reuniões de CA é analisada a atividade operacional e financeira da sociedade e, posteriormente, esta informação é analisada e comentada em sede de reunião de Conselho Fiscal. A sociedade disponibiliza de forma regular no sítio da internet informação sobre a atividade da sociedade e posição financeira, de acordo com o definido pela CMVM.
I.2 DIVERSIDADE NA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE			
I.2.1 As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Parcialmente adoptada	17,20,21,24,25,26, 33 e 68	A sociedade ainda não adoptou as regras de paridade a nível de Conselho de Administração e Fiscalização. A sociedade terá em conta esta imposição legal no próximo mandato.
I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de	Adoptada	21,22,23,34 e 35	

reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros —, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respectivas reuniões.			
1.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.	Adoptada	22 e 34	
1.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Adoptada	56	A sociedade divulga no sítio da internet a composição dos órgãos sociais; de futuro passará a divulgar o número de reuniões.
1.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de detecção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.	Adoptada	49	
I.3 RELAÇÃO ENTRE ORGÃOS DA SOCIEDADE			
1.3.1 Os estatutos ou outras vias equivalentes adoptadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a	Adoptada		Não existem quaisquer entraves, limitações ou impedimentos, formais ou informais, ao acesso à informação e colaboradores por parte dos órgãos de administração e fiscalização.

<p>informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.</p>			
<p>1.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respectivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.</p>	<p>Adoptada</p>		<p>As reuniões dos órgãos e comissões da sociedade e a informação decorrente são regularmente comunicadas e divulgadas, através do secretariado da Administração, aos restantes órgãos sociais. A sociedade irá adoptar um mecanismo formal de comunicação</p>
<p>I.4 CONFLITO DE INTERESSES</p>			
<p>1.4.1 Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.</p>	<p>Não adoptada</p>		<p>Esta recomendação será adoptada formalmente na revisão do regulamento de funcionamento dos órgãos sociais e nos estatutos da sociedade. Esta comunicação tem estado assegurada através da apresentação dos CV que suportam e informam a eleição dos membros dos órgãos sociais.</p>
<p>1.4.2. Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos</p>	<p>Não adoptada</p>		<p>Nos casos em que tal conflito exista, o membro em questão não interfere no processo de decisão. Esta recomendação será adoptada formalmente na revisão do regulamento de funcionamento dos órgãos sociais e nos estatutos da</p>

membros lhe solicitarem			sociedade.
I.5 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS			
I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Adoptada	90, 91 e 92	No âmbito das suas funções e do seu regulamento cabe ao Conselho Fiscal analisar os negócios entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, sem limitações de âmbito e valor.
I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.	Adoptada	35	Comunicado nas reuniões do CF.
II – ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL			
II.1 A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Adoptada	12	

<p>II.2 A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.</p>	Adoptada	14	
<p>II.3 A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.</p>	Parcialmente adoptada	12	Os estatutos prevêem o voto por correspondência e a possibilidade do seu exercício é referida na convocatória das Assembleias Gerais. A empresa ponderará criar mecanismos para exercício do voto electrónico.
<p>II.4 A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.</p>	Não adoptada		A sociedade ponderará criar mecanismos para participação dos accionistas na Assembleia por meios telemáticos.
<p>II.5 Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.</p>	Não aplicável		

<p>II.6 Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.</p>	Não adoptada	85	
<p>III - ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO</p>			
<p>III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (lead independent director) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.</p>	Não aplicável		
<p>III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve</p>	Adoptada	17	

<p>ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.</p>			
<p>III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.</p>	<p>Não adoptada</p>	<p>17</p>	<p>A dimensão e complexidade da actividade da sociedade não justifica a existência de um número alargado de administradores.</p>
<p>III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>(i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</p> <p>(ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>(iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma</p>	<p>Não adoptada</p>	<p>17</p>	<p>A dimensão e complexidade da actividade da sociedade não justifica a existência de um número alargado de administradores.</p>

<p>direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>(iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>(V) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>(vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>			
<p>III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).</p>	<p>Não aplicável</p>		
<p>III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que</p>	<p>Adoptada</p>	<p>21</p>	

devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.			
III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável		
III.8 Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Adoptada	38	
III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	Adoptada	15 e 67	Comissão de Vencimentos
III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua	Adoptada	27	

atividade.			
III.11. O órgão de fiscalização de matérias financeiras deve fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	34	
III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.	Adoptada	38	
IV - ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA			
IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Não adoptada		A sociedade irá assegurar que o regulamento da Comissão Executiva seja adaptado a esta recomendação.

<p>IV.2 O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>27</p>	<p>A delegação de poderes não inclui estas matérias.</p>
<p>IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>50, 52 e 53</p>	
<p>IV.4 O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>34</p>	
<p>V - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES</p>			
<p>V.1 AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO</p>			
<p>V.1.1 O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de</p>	<p>Adoptada</p>		<p>Esta avaliação já é efectuada mas o órgão de administração irá garantir que seja vertida explicitamente nas actas das suas reuniões.</p>

<p>cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.</p>			
<p>V.1.2 O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>34 e 35</p>	<p>No futuro o órgão de fiscalização irá garantir que esta avaliação seja vertida explicitamente nas actas das suas reuniões.</p>
<p>V.2 REMUNERAÇÕES</p>			
<p>V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>67 e 68</p>	
<p>V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou</p>	<p>Adoptada</p>	<p>69 e 70</p>	

ações da própria sociedade.			
<p>V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:</p> <p>(i) A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;</p> <p>(ii) As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;</p> <p>(iii) O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;</p> <p>(iv) Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;</p> <p>(v) Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a</p>	Parcialmente Adoptada	69 a 72	Estão adoptados os pontos aplicáveis, (i) e (ii). No futuro a comissão de vencimentos irá garantir que a declaração contenha os pontos que ainda não constam explicitamente da declaração.

<p>explicação da natureza das circunstâncias excepcionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;</p> <p>(vi) Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.</p>			
<p>V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.</p>	Adoptada	76 e 80	Os estatutos prevêm regimes de pensões de reforma, embora nunca instituídos.
<p>V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.</p>	Adoptada	67	
<p>V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com</p>	Não adoptada		A sociedade irá assegurar que esta liberdade passe a constar explicitamente do regulamento do funcionamento da comissão de vencimentos.

independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.			
V.3 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES			
V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Não Adoptada	21	
V.3.2 Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.	Não Adoptada	21 e 69	
V.3.4 Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	70 e 86 a 88	

<p>V.3.5 A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>69</p>	
<p>V.3.6 A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>84</p>	
<p>V.4. NOMEAÇÕES</p>			
<p>V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>26</p>	<p>Explicita nos currículos, disponíveis no site da sociedade.</p>
<p>V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>50</p>	<p>A dimensão da sociedade não o justifica.</p>

<p>V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>50</p>	<p>A dimensão da sociedade não o justifica.</p>
<p>V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.</p>	<p>Não aplicável</p>	<p>50</p>	<p>A dimensão da sociedade não o justifica.</p>
<p>VI – GESTÃO DE RISCO</p>			
<p>VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.</p>	<p>Adoptada</p>	<p>52</p>	
<p>VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respectivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respectiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v)</p>	<p>Adoptada</p>	<p>52</p>	

o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.			
VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adoptada	52	
VII - INFORMAÇÃO FINANCEIRA			
VII.1 - INFORMAÇÃO FINANCEIRA			
VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Adoptada	34	
VII.2 - REVISÃO LEGAL DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO			
VII.2.1 Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir: (i) Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas; (ii) A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas; (iii) Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do	Parcialmente adotada	34	Embora seja da competência do órgão de fiscalização a seleção do ROC e auditor externo, o regulamento do CF não define os critérios.

revisor oficial de contas; (iv) Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.			
VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Parcialmente adoptada	37 e 69	Pese, embora, o facto de não estar formalmente previsto que o órgão de fiscalização é o principal interlocutor do auditor externo, o mesmo já se configura como prática institucionalizada. No que diz respeito à remuneração do auditor externo, esta é determinada pelo Conselho de Administração e confirmada através de Ata da Comissão de Vencimentos.
VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	37	
VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.	Adoptada	41	
VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação	Adoptada	41	Pese, embora, o facto de não estar formalmente previsto que o órgão de fiscalização é o principal interlocutor do auditor

<p>sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.</p>			<p>externo, o mesmo já se configura como prática institucionalizada. Neste contexto o ROC está sempre presente nas reuniões do CF e disponível para informar sobre o que o órgão de fiscalização considere necessário.</p>
---	--	--	--

A Sociedade procedeu a uma avaliação discriminada sobre o cumprimento das recomendações da Comissão do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) em matéria de governo das sociedades.

A estrutura e as práticas de governo da Sociedade adotadas não divergem das recomendadas pela Comissão do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG), salvo quanto às exceções anteriormente assinaladas e fundamentadas no quadro acima.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em euros)**1. NOTA INTRODUTÓRIA**

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais e folhetos.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam a impressão de revistas, jornais e folhetos.

Em finais de 2012, a Empresa requereu um Processo Especial de Revitalização ("PER") o qual foi homologado em 2013 e transitou em julgado no início de 2014. Devido à evolução negativa do mercado, muito para além do previsto, a Empresa apresentou um novo Plano Especial de Revitalização em meados de 2017 o qual foi aprovado pelos credores em dezembro de 2017 e homologado em 19 de fevereiro de 2018.

Posteriormente, o tribunal veio anular a sentença de homologação e definir nova votação do Plano Especial de Revitalização apresentado pela Lisgráfica. Este foi de novo aprovado pela maioria dos credores mas não homologado, tendo o tribunal, em agosto de 2018, decretado a abertura de um Processo de Insolvência.

A Empresa apresenta então, em novembro de 2018, um Plano de Recuperação com referência às dívidas existentes a 31 de agosto de 2018, que foi aprovado por larga maioria de credores. O referido Plano foi homologado pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste – Juízo da Comarca de Sintra e transitou em julgado em 22 de fevereiro de 2019.

Apesar da homologação do plano de recuperação apresentado no âmbito do processo de insolvência ter ocorrido em fevereiro de 2019, à data de 31 de dezembro de 2018, face à aprovação do plano pela maioria dos credores e ao facto de ter já decorrido o prazo para estes requererem a sua não homologação, sem que nenhum dos credores que votou desfavoravelmente o tenha feito, tornou-se altamente provável que o plano apresentado pela Lisgráfica viesse a ser homologado pelo tribunal. Desta forma, a Administração decidiu preparar as Demonstrações Financeiras do Grupo com referência a 31 de dezembro de 2018 refletindo a essa data os efeitos do referido plano.

No exercício de 2020, o efeito das medidas implementadas no âmbito do Plano de Recuperação teve um impacto positivo de 14.017 euros nos resultados do Grupo, conforme segue:

. Anulação de Perdão da dívida	644.489 euros
. Descontos de dívida (atualizações, regularizações e alterações de estimativas)	(993.808) euros
. Impostos diferidos passivos	363.336 euros

Os efeitos da mensuração do Plano de insolvência estão detalhados nas notas respetivas.

De referir que, durante o exercício, o Grupo no âmbito dos acordos efetuados, cumpriu na íntegra a liquidação das responsabilidades perante a Administração Tributária.

Relativamente à Segurança Social e à formalização do Plano de Recuperação, o Grupo aguarda que o IGFSS envie o respetivo acordo para a implementação do mesmo, estando dependente que o Tribunal fixe o valor final.

Em 31 de dezembro de 2020, o montante da dívida vencida e não incluída no Plano de Recuperação é de 437.683 euros tendo 45.970 euros já sido regularizados em 2021.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 29 de abril de 2021.

Os acionistas têm capacidade para alterar as demonstrações financeiras após tas terem sido aprovadas para emissão.

Os principais acionistas são a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 38,68% do capital social.

Os responsáveis do Grupo, isto é, os membros do Conselho de Administração, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante das demonstrações financeiras foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 são, na sua totalidade, comparáveis com as do exercício anterior, exceto quanto aos efeitos da IFRS 16.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, exceto quanto às que resultam da adoção da IFRS 16.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia e feitos a 1 de janeiro de 2018, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respetivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2019.

Apesar de o Grupo apresentar capitais próprios negativos, é convicção da Administração que as medidas que se encontram a ser implementadas asseguram a sustentabilidade da atividade do Grupo, sustentando igualmente o fator de continuar a preparar as suas demonstrações financeiras numa ótica de continuidade das operações.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adotadas pela União Europeia

2.2.1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2019:

- a) **IFRS 16 - Locações.** Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras sendo que a IFRS 16 não implica alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
- b) **Emenda à IFRS - 9 Características de pagamentos antecipados com compensação negativa.** Esta emenda vem permitir que ativos com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capitais e juros.
- c) **IFRIC 23 – Incertezas no tratamento do imposto sobre o rendimento** – Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.
- d) **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017).** Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 – Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.
- e) **Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação.** Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.

- f) **Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos.** Esta emenda vem clarificar que a IFRS deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) em investimentos em associadas e investimentos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos

2.2.2. Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros:

- a) **Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS.** Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, ISA 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, E SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
- b) **Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material.** Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

2.2.3. Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020:

- a) **IFRS 17 – Contratos de Seguros** (Aplicável nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 – Contratos de Seguros.
- b) **Emenda à IFRS 3 - Definição de negócio.** Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços de clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.

- c) **Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform).** Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7

relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como "IBOR reform"), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração das taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias) foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu desenvolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do rendimento integral consolidado. Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação financeira na empresa, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados em resultados do exercício quando incorridos.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada uma das Empresas do grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico onde operam. A moeda de relato do grupo é o Euro.

2.5 Ativos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre (i) o valor agregado do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse que não controla na adquirida, mensurado ao seu justo valor ou ao valor da sua quota-parte nos ativos líquidos da adquirida, e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos.

No caso de ser apurado uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador (“*Software*”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão com a Heska Portuguesa, S.A. ocorrida em 2008, mensurados inicialmente ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

<u>Classe Homogénea</u>	<u>Anos</u>
<i>Sotware</i>	3
Direitos contratuais	(a)

(a) De acordo com os respetivos contratos

2.6 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

A vida útil estimada dos ativos é revista a cada data de relato financeiro, sendo qualquer alteração identificada aplicada prospectivamente.

2.7 Imparidade de ativos

O Grupo efetua a avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras,

deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O *Goodwill*, os Ativos Intangíveis sem vida útil definida e os Ativos Intangíveis em curso são testados por imparidade anualmente.

2.8 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.9 Existências

As existências do Grupo correspondem essencialmente a papel, tintas e chapas.

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

O método de custeio dos inventários adotado pelo Grupo consiste no custo médio.

2.10 Ativos e passivos financeiros

Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

A Empresa classifica os ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- b) Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- c) Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados.

A gestão determina a classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial e reavalia no final de cada período de relato, se e somente se houver uma mudança no modelo de negócios. Para os passivos financeiros, a mudança da classificação não é permitida.

Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas dos ativos financeiros são reconhecidas na data da transação. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e os ativos financeiros ao justo valor por resultados são subseqüentemente atualizados ao justo valor, as divulgações do justo valor são efetuadas separadamente para cada classe de instrumentos financeiros no fim do período de relato.

Desreconhecimento dos ativos financeiros

Os Ativos Financeiros são desreconhecidos da demonstração da posição financeira quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham expirado ou tenham sido transferidos e o Grupo Lisgráfica tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da sua titularidade.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são compostos principalmente por investimentos em participações. Quando esses tipos dos ativo financeiros são desconhecidos, o ganho ou a perda será mantida no capital próprio. Os dividendos recebidos são reconhecidos no resultado do exercício. A Lisgráfica regista estes ativos na rubrica "Investimentos financeiros".

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivados que são detidos exclusivamente para pagamentos do capital e juros ("SPPI"). Se a cobrança é esperada dentro de um ano (ou no ciclo operacional normal do negócio, se mais), eles são classificados como ativos correntes. Caso contrário, são apresentados como ativos não correntes.

As contas a receber são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber.

Imparidades de contas a receber

Para os saldos de clientes e outras contas a receber decorrentes da atividade comercial, o Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para todas as contas a receber.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, levando em consideração o perfil de risco de crédito do cliente.

A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e a perda estimada de valor que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito.

2.10.1 Cientes e outras contas a receber

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

As dívidas de Clientes e contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e contas a receber devedores são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.11. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em "Perdas por imparidade em clientes e outras contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados.

2.10.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

2.10.3 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 20). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.10.4 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.10.5 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.11 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos são compensados, sendo os seus valores líquidos reportados na demonstração da posição financeira consolidada quando existe um direito legalmente exercível para compensar os referidos valores, e quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de default, insolvência ou falência da entidade.

2.12 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.13 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração consolidada da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na demonstração consolidada da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas, ou até ao limite de compensação dos efeitos de liquidação de passivos por impostos diferidos.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, estes não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período de reversão da diferença temporária, e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.14 Rédito de contratos com clientes

Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa. O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica.

A especialização do rédito, no que respeita aos "Ativos de contratos de clientes" ou "Passivos de contratos de clientes", são classificadas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", na Demonstração da Posição Financeira.

2.15 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

2.16 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pelo Grupo para um ano após a data de reporte, ou que seja expetável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.17 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- (c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, na medida em que o reporte interno de informação à gestão é efetuado nessa base. O principal responsável pela tomada de decisão do Grupo é o Conselho de Administração.

2.18 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

2.19 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo número total de ações deduzido do número de ações próprias.

2.20 Capitalização de juros

Os custos de empréstimos relativos a ativos qualificáveis são capitalizados até que o ativo se encontre em condição de uso, sendo os restantes custos com empréstimos reconhecidos, quando ocorrerem, em resultados do exercício.

2.21 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o subsídio são cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização.

Os subsídios obtidos do Governo, sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, são descontados na data do reconhecimento inicial com base na taxa de juro de mercado à data da atribuição, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento ou do ativo cuja aquisição pretende financiar, conforme o âmbito do benefício obtido. O financiamento constitui um passivo mensurado ao custo amortizado e é apresentado, como empréstimos obtidos na rubrica de outros financiamentos. O benefício gerado pela taxa de desconto bonificada é reconhecido na rubrica de custos e proveitos financeiros líquidos.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral Consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.21 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.22 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas

dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Imparidades de clientes e outras contas a receber

Políticas contábilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contábilístico. Os saldos de Clientes e Outras contas a receber são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospectiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas. (Ver Nota 2.10.1)

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe, numa ótica de mera prudência, a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

2.23 Continuidade das operações

É convicção do Conselho de Administração que o Plano de Recuperação agora homologado, compreende as medidas necessárias para assegurar a sustentabilidade do Grupo no futuro, permitido que no curto prazo, os seus resultados sejam suficientes para satisfazer o serviço da dívida corrente e o acordado no âmbito do Plano de Recuperação acima mencionado.

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem efetiva em	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lisgráfica, S.A.	Agualva	Mãe	Mãe
Gestigráfica, S.A.	Barcarena	100	100

A informação financeira das subsidiárias incluídas na consolidação é conforme segue:

Entidade	2020			Volume de negócios	Lucro / prejuízo
	Total capital próprio	Ativos	Passivos		
Gestigráfica , SA	(458.847)	1.235	(460.082)	-	159.329

Entidade	2019			Volume de negócios	Lucro / prejuízo
	Total capital próprio	Ativos	Passivos		
Gestigráfica , SA	(618.177)	311.439	(929.616)	-	46.177

4. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	2020	2019
Revistas	2.767.102	4.117.012
Jornais e suplementos	2.787.982	4.212.035
Catálogos e folhetos	2.532.141	3.429.112
Livros	90.877	285.368
Outros	1.109.061	1.159.335
	<u>9.287.163</u>	<u>13.202.862</u>

Em 31 de dezembro de 2020 esta rubrica inclui o montante de 1.550.885 euros (2019: 398.860 euros) decorrente de transações entre entidades relacionadas (Nota 27).

Cerca de 40% do rédito com referência a 31 de dezembro de 2020 resulta de transações efetuadas com 3 clientes, cada um dos quais com uma percentagem superior a 10% do total do rédito.

Durante os exercícios findos em 31 dezembro de 2020 e 2019, as prestações de serviços realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

5. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aluguer de instalações	-	-
Imputação de custos (a)	440.796	773.745
Ganhos na alienação de ativos fixos tangíveis	55.503	280.847
Anulação Perdão da dívida (2018):		
Fornecedores (Nota 24)	644.489	-
Desconto da dívida:		
Clientes	383.198	-
Regularização de ativos descontados:		
Saldo de clientes (Nota 16)	-	2.594
Rasográfica, S.A. (Nota 14)	-	164.273
Correções relativas exercícios anteriores	45.832	85.211
Regularização saldos, c/c	-	46.444
Recuperação de gastos	-	25.045
Outros proveitos operacionais	<u>19.592</u>	<u>2.549</u>
	<u><u>1589.410</u></u>	<u><u>1380.708</u></u>

(a) Nesta rubrica estão registados 395.286 euros por conta da Sogapal (participante indireta) derivado do facto de desenvolver a sua atividade operacional nas instalações Lisgráfica.

6. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica foi determinada como segue:

	2020		
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais (Nota 15)	-	92.261	92.261
Compras	-	2.967.183	2.967.183
Transferências	513.626	(513.626)	-
Existências finais (Nota 15)	-	(102.621)	(102.621)
	<u>513.626</u>	<u>2.443.197</u>	<u>2.956.823</u>

	2019		
	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais (Nota15)	-	170.058	170.058
Compras	-	4.311.128	4.311.128
Transferências	692.656	(692.656)	-
Existências finais (Nota 15)	-	(92.261)	(92.261)
	<u>692.656</u>	<u>3.696.269</u>	<u>4.388.925</u>

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Subcontratos	1.017.030	1.974.186
Eletricidade	884.966	1.014.599
Combustíveis e outros fluídos	243.140	346.358
Rendas e alugueres (a)	28.118	12.096
Deslocações, estadas e transportes	205.143	395.791
Despesas de representação	38.161	42.134
Conservação e reparação	169.230	287.846
Trabalhos especializados	107.121	107.818
Serviços de auditoria	30.500	35.849
Serviços de informática	46.619	46.203
Serviços jurídicos	74.111	168.093
Seguros	26.496	84.155
Vigilância e segurança	73.753	126.928
Limpeza, higiene e conforto	64.614	65.407
Comissões	75.330	157.071
Comunicações	28.590	31.413
Outros	<u>29.146</u>	<u>71.947</u>
	<u><u>3.142.068</u></u>	<u><u>4.967.894</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020, as transações com as partes relacionadas foram

	<u>Subcontratos</u>	<u>Serviços segurança e vigilância</u>	<u>Contrato apoio comercial e industrial</u>	<u>Total</u>
Acionistas:				
Gestprint	-		73.500	73.500
Participantes:				
Sogapal	<u>847.731</u>	<u>31.208</u>	<u>-</u>	<u>878.939</u>
	<u><u>847.731</u></u>	<u><u>31.208</u></u>	<u><u>73.500</u></u>	<u><u>952.439</u></u>

(a) Locações operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos a contratos de locação operacional, são conforme segue:

	2020			
	Arrendamento de instalações	Aluguer de viaturas	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	21.182	-	6.936	28.118

	2019			
	Arrendamento de instalações	Aluguer de viaturas	Aluguer de máquinas	Total
Fornecimentos e serviços externos	-	5.600	6.496	12.096

8. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os custos com o pessoal foram como se segue:

	2020	2019
Salários e remunerações:		
Órgãos sociais	80.316	238.486
Pessoal	2.252.596	2.767.010
Encargos sobre remunerações	560.574	700.604
Indemnizações	1.270	290.457
Outros custos com o pessoal	323.681	452.751
	<u>3.218.437</u>	<u>4.449.308</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o número de pessoas ao serviço era, respetivamente, de 121 e 126 empregados.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os outros custos incorridos com pessoal incluem essencialmente gastos com senhas de refeição.

9. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros Custos Operacionais” em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos (a)	78.076	78.005
Correções relativas a exercícios anteriores	69.565	15.816
Multas e outras penalidades	17.567	33.346
Despesas não documentadas	2.654	404
Abate ativos fixos tangíveis	666.397	
Atualização desconto da dívida:		
Fornecedores (Nota 24)	145.406	1.231.281
Estado e outros entes públicos (Nota 23)	417.467	515.249
Indemnizações a liquidar / pessoal (Nota 23)	114.609	160.888
Impresa Publising (Nota 23)	23.495	275.076
Empréstimos de clientes (Nota 20.b)	6.717	142.312
Rappel a pagar a clientes (Nota 16)	8.729	39.841
Helvética	18.457	-
Sindicatos	36	-
Regularização perdão da dívida (Plano Recuperação)		
Fornecedores (Nota 24)		529.306
Desconto ativo		
Clientes (Nota 16)	-	381.830
Outros	<u>97.257</u>	<u>6.859</u>
	<u>1.666.432</u>	<u>3.410.213</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos a imposto do selo sobre transações bancárias, nomeadamente, emissão de letras e garantias.

10. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, têm a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados (a)	732.925	574.876
Desconto da dívida:		
Empréstimos bancários (Nota 20)	50.696	574.267
Locações financeiras (Nota 21)	583.282	96.595
IAPMEI (Nota 20)	8.112	12.315
Empréstimos de Acionistas (Nota 20)		-
Regularização perdão da dívida (Plano Recuperação);		
Empréstimos bancários (Nota 20)	-	25.996
Locações financeiros (Nota 21)	-	666
Outros custos financeiros	<u>84.131</u>	<u>83.804</u>
	<u>1.459.146</u>	<u>1.368.519</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	7	9
Correções relativas a exercícios anteriores	179	-
Outros proveitos financeiros	<u>300</u>	<u>900</u>
	<u>486</u>	<u>909</u>
Proveitos/custos financeiros, líquidos	<u>(1.458.660)</u>	<u>(1.367.610)</u>

(a) Inclui 129.449 euros (2019:140.071 euros) relacionados com direitos de uso.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi como segue:

31 de dezembro de 2020:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Desconto das dívidas - Plano de Recuperação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	68.507	68.507	2.554.179	2.622.686
Aumento em resultados	24.912	24.912	363.336	388.248
Redução em resultados	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>43.595</u>	<u>43.595</u>	<u>2.190.843</u>	<u>2.234.438</u>

31 de dezembro de 2019:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	Prejuízos fiscais reportáveis	Direitos contratuais	Desconto das dívidas - Plano de Recuperação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	98.419	98.419	3.261.269	3.359.688
Aumento em resultados	29.912	29.912	707.090	737.002
Redução em resultados	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>68.507</u>	<u>68.507</u>	<u>2.554.179</u>	<u>2.622.686</u>

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos por impostos diferidos no montante de 43.595 euros, estão relacionados com o justo valor de direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registar ativos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis, até à concorrência dos passivos por impostos diferidos. A expectativa do Grupo é a de que o excedente daquele valor relativo aos prejuízos fiscais reportáveis não é realizável ou exigível no período de reversão das respetivas diferenças temporárias.

De acordo com a legislação fiscal atualmente em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 anos para os gerados nos exercícios de 2017 a 2020. No entanto, para os gerados os anos de 2014, 2015, 2016 e 2020 o prazo de dedução é de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado nos exercícios até 2019 e 80% nos anos de 2020 e 2021.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam aos montantes de 9.688.339 euros e 7.096.447 euros, respetivamente, os quais caducam conforme segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2023	3.469.353	3.648.158
2024	999.294	136.645
2026	2.188.613	2.200.319
2027	-	44.702
2028	1.066.623	1.066.623
2032 (Nota 31)	<u>1.964.456</u>	-
	<u>9.688.339</u>	<u>7.096.447</u>

Outras informações:

No exercício de 2007, a Lisgráfica foi alvo de liquidações adicionais efetuadas pela Administração Fiscal em sede de IRC e Imposto Municipal sobre Transmissões ("IMT") referentes ao exercício de 2004, no montante de, aproximadamente, 260.000 euros, tendo sido dado como penhor um equipamento no montante de 350.853 euros (Nota 28). A Lisgráfica, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que não têm fundamento, tendo inclusive, já sido anulada pelos Serviços da Direção Geral dos Impostos a liquidação adicional referente ao IVA de operações imobiliárias. Consequentemente, a Lisgráfica não constituiu qualquer provisão para aquele efeito.

Em 2014, a Lisgráfica foi alvo de uma inspeção pela Autoridade Tributária (AT) aos exercícios de 2012 e 2013. No entanto, no seguimento dos relatórios emitidos em 2015, a Lisgráfica, suportada no parecer dos seus advogados, reclamou as duas correções identificadas as quais resultaram em liquidações adicionais de IRC (IRC e juros de mora) no montante aproximado de 235.576 euros (147.403 euros em 2012 e 88.173 euros em 2013), devido, respetivamente, à existência de um erro de análise e a um lapso de interpretação por parte da Administração Tributária. Em face dos factos, a Lisgráfica considerou que não devia ser constituída qualquer provisão para os valores em causa.

Em 2018, a Lisgráfica foi alvo de nova inspeção tributária pela Autoridade Tributária (AT) aos exercícios de 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015 no âmbito do pedido de reembolso do PEC referente aos anos de 2010, 2011, 2013 e 2014.

No entanto, no seguimento do relatório emitido ainda em 2018, a Lisgráfica, suportada no parecer dos seus advogados, vai reclamar as correções identificadas que resultaram em liquidações adicionais (IRC e juros de mora) no montante aproximado de 91.524 euros (35.704 euros em 2014 e 55.820 euros em 2015), devido, respetivamente, à existência de um erro de análise e a um lapso de interpretação por parte da Administração Tributária.

Adicionalmente, a Autoridade Tributária procedeu à correção da matéria coletável relativa aos exercícios de 2013 e 2015, dos quais a Lisgráfica impugnou o montante de 396.830 e euros e 757.199 euros, respetivamente. Estas conclusões suportam-se na análise e parecer dos advogados.

Em virtude de nesses anos ser possível a dedução de 75% dos prejuízos fiscais de anos anteriores, o efeito no imposto (IRC + derrama) a pagar, antes de juros de mora e compensatórios, será aproximadamente de 68.417 euros.

Em face dos factos, a Lisgráfica considerou que não devia ser constituída qualquer provisão para os montantes em causa.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Goodwill

No decurso da concentração de atividades empresariais decorrentes do processo de fusão com a Heska Portuguesa, S.A. ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi determinado que o custo dessa concentração ascendia a 22.694.000 euros como segue:

<i>Goodwill</i>	17.628.753
Direitos contratuais	8.984.959
Situação patrimonial em 2 de maio de 2008	<u>(3.919.712)</u>
Justo valor do património da Lisgráfica	<u><u>22.694.000</u></u>

No cumprimento das disposições da IFRS 3, o Grupo procedeu à mensuração do justo valor dos ativos e passivos incorporados por fusão, tendo determinado um valor de 8.984.959 euros relativo a direitos contratuais de impressão.

Em 31 de dezembro de 2008, o Grupo procedeu à análise da imparidade do *goodwill* gerado na fusão com base nos planos de negócio/projeções financeiras, preparados pelo Conselho de Administração. Considerando os resultados negativos apresentados pela Empresa nos últimos exercícios, bem como a falta de perspetivas de resultados futuros

positivos suficientes que permitam recuperar o *goodwill* originado na fusão, o mesmo foi integralmente ajustado por contrapartida do rendimento integral do exercício.

b) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2020:

	Software	Direitos contratuais (i)	IFRS 16 (ii)	Total
Ativo bruto:				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.026.140	12.791.041	1.655.096	15.472.277
Aquisições	-	-	-	-
Abates / regularizações	<u>(882.130)</u>	<u>(9.562.643)</u>	-	<u>(10.444.773)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>144.010</u>	<u>3.228.398</u>	<u>1.655.096</u>	<u>5.027.504</u>
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade:				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.026.140)	(11.530.227)	(173.924)	(12.730.291)
Reforços	-	(311.544)	(173.924)	(485.468)
Abates / regularizações	<u>882.130</u>	<u>9.451.924</u>	-	<u>10.334.054</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(144.010)</u>	<u>(2.389.847)</u>	<u>(347.848)</u>	<u>(2.881.705)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>838.551</u>	<u>1.307.248</u>	<u>2.145.799</u>

31 de dezembro de 2019:

	Software	Direitos contratuais (i)	IFRS 16 (ii)	Total
Ativo bruto:				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.026.140	12.351.041	1.655.096	15.032.277
Aquisições	-	440.000	-	440.000
Alienações / abates	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.026.140</u>	<u>12.791.041</u>	<u>1.655.096</u>	<u>15.472.277</u>
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade:				
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.026.140)	(11.162.964)	-	(12.189.104)
Reforços	-	(367.263)	(173.924)	(541.187)
Abates / regularizações	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.026.140)</u>	<u>(11.530.227)</u>	<u>(173.924)</u>	<u>(12.730.291)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>1.260.814</u>	<u>1.481.172</u>	<u>2.741.986</u>

- (i) Esta rubrica inclui direitos contratuais no montante de 8.984.959 euros, determinados no decurso do processo de fusão e outros direitos contratuais adquiridos, no montante de 3.360.062 euros, correspondentes ao justo valor de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 euros (Nota 23).
- (b) Direitos de uso de 2 contratos de arrendamento de instalações em São Marcos, Cacém, de acordo com a IFRS 16

Os direitos contratuais de impressão estão a ser amortizados linearmente, durante o período dos respetivos contratos.

Devido à situação de contração do mercado foi realizado um teste de imparidade aos ativos intangíveis na data do balanço. Os cash-flows estimados para o efeito do teste, de acordo com o período do contrato de impressão (2021 – 2025) e tipo de produtos abrangidos, tiveram por pressuposto a rentabilidade anual histórica de cada um dos produtos atualmente impressos na Empresa e a rentabilidade estimada para os períodos em análise.

As incertezas que podem afetar os pressupostos acima têm a ver essencialmente com a evolução do mercado da imprensa escrita em Portugal, nomeadamente a alteração de hábitos de leitura e investimento publicitário na imprensa escrita os quais interferirão nas decisões deste editor que é um dos grandes clientes da Empresa.

Os cash-flows foram descontados, considerando uma taxa de 6,69%, que reflete o risco/retorno para o negócio esperado por investidores (de capital alheio e de capital próprio). O valor recuperável apurado permite garantir a recuperabilidade dos ativos registados.

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2020:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo Bruto:							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	991.385	62.125.344	390.586	234.850	748.114	52.816	64.543.095
Transferências	-	52.816	-	-	-	(52.816)	-
Aquisições	-	29.634	-	-	-	3.375	33.009
Abates / alienações	(395.389)	(36.599.148)	(22.623)	(62.227)	(177.076)	-	(37.256.463)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>595.996</u>	<u>25.608.646</u>	<u>367.963</u>	<u>172.623</u>	<u>571.038</u>	<u>3.375</u>	<u>27.319.641</u>
Depreciações acumuladas:							
9Saldo em 31 de dezembro de 2018	(426.393)	(57.557.777)	(390.586)	(233.364)	(351.702)	-	(58.959.822)
Reforços	(59.599)	(445.119)	-	(798)	(1.884)	-	(507.400)
Abates / alienações	367.117	35.883.262	22.623	62.228	174.210	-	36.509.440
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(118.875)</u>	<u>(22.119.634)</u>	<u>(367.963)</u>	<u>(171.934)</u>	<u>(179.376)</u>	<u>-</u>	<u>(22.957.782)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2019	<u>477.121</u>	<u>3.489.012</u>	<u>-</u>	<u>689</u>	<u>391.662</u>	<u>3.375</u>	<u>4.361.859</u>

31 de dezembro de 2019:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo Bruto:							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	930.232	78.237.012	491.941	368.437	775.325	180.291	80.983.238
Transferências	-	180.291	-	-	-	(180.291)	-
Aquisições	94.680	72.819	-	-	1.625	52.816	221.940
Abates / alienações	(33.527)	(16.364.778)	(101.355)	(133.587)	(28.836)	-	(16.662.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>991.385</u>	<u>62.125.344</u>	<u>390.586</u>	<u>234.850</u>	<u>748.114</u>	<u>52.816</u>	<u>64.543.095</u>
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(381.486)	(73.211.069)	(491.677)	(364.400)	(377.992)	-	(74.826.624)
Depreciações do exercício	(62.229)	(580.904)	(265)	(810)	(2.546)	-	(646.754)
Abates / alienações	17.322	16.234.196	101.356	131.846	28.836	-	16.513.556
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(426.393)</u>	<u>(57.557.777)</u>	<u>(390.586)</u>	<u>(233.364)</u>	<u>(351.702)</u>	<u>-</u>	<u>(58.959.822)</u>
Valor líquido em 31 de dezembro de 2019	<u>564.992</u>	<u>4.567.567</u>	<u>-</u>	<u>1.486</u>	<u>396.412</u>	<u>52.816</u>	<u>5.583.273</u>

Em 2020 foram alienados bens, que se encontravam excendatários, pelo montante de 80.350 euros, tendo sido apurado um prejuízo líquido contabilístico de 455.470 euros.

As principais adições de ativos fixos tangíveis respeitam ainda a gastos realizados com a deslocalização para as novas instalações em São Marcos, Cacém, do equipamento básico e de investimentos para ser possível o normal funcionamento do parque de máquinas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo mantém os seguintes bens adquiridos em regime de locação financeira:

	2020		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	<u>11.806.220</u>	<u>(9.279.342)</u>	<u>2.526.878</u>

	2019		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	<u>18.407.263</u>	<u>(15.187.213)</u>	<u>3.220.050</u>

Os principais bens que compõem esta rubrica são equipamentos de impressão, destacando-se as rotativas Sunday 4000-80 e Harris 600, contratos celebrados, respetivamente, com o MillenniumBCP e BNP Lease .

Para além dos bens em regime de locação financeira e os referidos na Nota 28, não existem restrições à titularidade de ativos tangíveis.

Devido à situação contração do mercado, em especial dos efeitos da Pandemia do Covid-19, foi realizado um teste de imparidade aos ativos fixos tangíveis na data do balanço. Os cash-flows estimados para o efeito do teste realizado (2021 – 2025) tiveram por base os seguintes pressupostos:

- Ligeira recuperação das Vendas de 7% para o ano de 2021, aumento de 5% para o ano de 2022 e de 2% para o ano de 2023 e seguintes;
- Redução dos Custo das mercadorias vendidas e consumidas em face da atividade e mix do produto e da redução de preços de algumas matérias-primas;

- Redução dos Fornecimentos e serviços externos nas rubricas de energia, subcontratos de impressão e outros custos;
- Manutenção dos atuais prazos de pagamentos e de recebimentos.

As incertezas que podem afetar os pressupostos acima têm a ver essencialmente com a evolução do mercado da impressão escrita em Portugal, nomeadamente a alteração de hábitos de leitura e investimento publicitário na imprensa escrita os quais interferirão nas decisões dos principais editores de imprensa escrita que são clientes do Grupo.

Os cash-flows foram descontados, considerando uma taxa de 6,69%, que reflete o risco/retorno para o negócio esperado por investidores (de capital alheio e de capital próprio). O valor recuperável apurado permite garantir a recuperabilidade dos ativos registados.

14. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor Líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA ("Rasográfica") (Nota 27) (b)	2.355.411	(2.355.411)	-
NB Património, S.A. (Ex - ESAF) (a)	1.580.223	(1.580.223)	-
Grafimadeira, S.A. (c)	240.941	(170.528)	70.413
	4.176.575	(4.106.162)	70.413

	2019		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor Líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA ("Rasográfica") (Nota 27) (b)	2.355.411	(2.355.411)	-
NB Património, S.A. (Ex - ESAF) (a)	1.580.223	(1.580.223)	-
Grafimadeira, S.A. (c)	240.941	(170.528)	70.413
Depósitos a prazo	85.317	-	85.317
	4.261.892	(4.106.162)	155.730

- (a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a NB Património (ex – ESAF). Face ao elevado risco de incobrabilidade, a Empresa tem registada uma perda por imparidade pela totalidade do crédito.
- (b) Em 2019, face à antiguidade deste saldo com a Rasográfica respeitante à caução ao abrigo de contrato de arrendamento e elevado risco de incobrabilidade, a Empresa decidiu constituir imparidade pela totalidade do crédito.
- (c) Em face da morosidade do processo de execução das garantias, a Administração da Lisgráfica considerou prudente o reforço da perda por imparidade em 170.528 euros (Nota 22).

15. EXISTÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020			2019		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 22)	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consum	102.621	-	102.621	92.261	-	92.261
	<u>102.621</u>	<u>-</u>	<u>102.621</u>	<u>92.261</u>	<u>-</u>	<u>92.261</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

16. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020		
	Valor bruto	Perdas de Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
<u>Não correntes:</u>			
Clientes	9.248.247	(8.583.810)	664.437
Adiantamento de clientes	(40.000)	-	(40.000)
Rappel a liquidar	(6.905)	-	(6.905)
	<u>9.201.342</u>	<u>(8.583.810)</u>	<u>617.532</u>
<u>Correntes:</u>			
Clientes	1.848.451	-	1.848.451
Adiantamento de clientes	(205.394)	-	(205.394)
Rappel a liquidar	(52.779)	-	(52.779)
	<u>1.590.278</u>	<u>-</u>	<u>1.590.278</u>
Total	<u>10.791.620</u>	<u>(8.583.810)</u>	<u>2.207.810</u>

	2019			
	Valor bruto	Desconto da dívida (Nota 5)	Perdas de Imparidade (Nota 22)	Valor líquido
<u>Não correntes:</u>				
Clientes	9.376.716	(381.830)	(7.880.650)	1.114.236
Rappel a liquidar	(18.686)	-	-	(18.686)
	<u>9.358.030</u>	<u>(381.830)</u>	<u>(7.880.650)</u>	<u>1.095.550</u>
<u>Correntes:</u>				
Clientes	2.373.555	(1.368)	(90.926)	2.281.261
Rappel a liquidar	(104.646)	-	-	(104.646)
	<u>2.268.909</u>	<u>(1.368)</u>	<u>(90.926)</u>	<u>2.176.615</u>
Total	<u>11.626.939</u>	<u>(383.198)</u>	<u>(7.971.576)</u>	<u>3.272.165</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber (clientes e outras contas a receber), respetivamente, nos montantes de 612.235 euros (incluindo 73.378 euros nos termos da IFRS 9) e 51.972 euros (incluindo 182.179 euros nos termos da IFRS 9) (Nota 22).

Os saldos não correntes correspondem a dívidas que se encontram a ser regularizadas a médio e longo e prazo e não vencem juros.

A anulação do desconto da dívida de clientes teve um impacto de 383.198 euros (2019: 2.594 euros) (Nota 5) .

Maturidade dos saldos vencidos mas não em imparidade – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição do saldo vencido de clientes mas não em imparidade tem a seguinte decomposição:

<u>Maturidade:</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
0-30 dias	209.459	490.121
30-90 dias	225.470	174.267
90-180 dias	9.059	17.190
> 180 dias	-	1.541.698
	<u>443.988</u>	<u>2.223.276</u>

Maturidade dos saldos vencidos e em imparidade – Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a decomposição do saldo vencido de clientes e em imparidade tem a seguinte decomposição:

<u>Maturidade:</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até 12 meses	362.228	86.088
12 - 24 meses	-	7.663
24-36 meses	-	-
Mais 36 meses	8.221.582	7.872.987
	<u>8.583.810</u>	<u>7.966.738</u>

17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

2020			
	Valor bruto	Desconto valores a receber	Valor líquido
Devedores diversos	118.603	-	118.603
Rasográfica (Nota 27)	50.812	-	50.812
Devedores por acréscimos de rendimentos:			
Seguros	1.538	-	1.538
Tickets de restaurante	6.660	-	6.660
Imposto sobre o valor acrescentado (a)	510.573	-	510.573
Adiantamentos a fornecedores	35.948	-	35.948
Adiantamentos ao pessoal	1.181	-	1.181
	<u>725.315</u>	<u>-</u>	<u>725.315</u>

2019			
	Valor bruto	Desconto Valores a receber	Valor líquido
Devedores diversos	101.200	-	101.200
Rasográfica (Nota 27)	42.515	-	42.515
Devedores por acréscimos de rendimentos			
Seguros	5.979	-	5.979
Imposto sobre o valor acrescentado (a)	313.690	-	313.690
Outros diferimentos	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	35.948	-	35.948
Adiantamentos ao pessoal	7.144	-	7.144
	<u>506.476</u>	<u>-</u>	<u>506.476</u>

(a) Este valor engloba o montante de 240.165 euros penhorado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, junto da Autoridade Tributária, relativo a reembolso de IVA. A Lisgráfica impugnou esta penhora e tem vindo a solicitar o reembolso desse valor. Aguarda-se decisão do Tribunal da Comarca de Lisboa sobre as reclamações efetuadas.

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração consolidada de fluxos de caixa e a reconciliação entre o seu

valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Numerário	3.700	3.700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>42.601</u>	<u>21.264</u>
Caixa e depósitos bancários	<u><u>46.301</u></u>	<u><u>24.964</u></u>
Descobertos bancários (Nota 20)	<u>(47.377)</u>	<u>(49.465)</u>
Caixa e seus equivalentes	<u><u>(1.076)</u></u>	<u><u>(24.501)</u></u>

19. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</u>	<u>Aplicação resultado 2019</u>	<u>Resultado líquido do período</u>	<u>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</u>
Capital	9.334.831	-	-	9.334.831
Ações próprias	(527.531)	-	-	(527.531)
Reserva legal	1.866.966	-	-	1.866.966
Resultados transitados	(26.716.175)	(5.469.695)	-	(32.185.870)
Outras variações no capital próprio	5.152.807	-	-	5.152.807
Resultado consolidado líquido do período	<u>(5.469.695)</u>	<u>5.469.695</u>	<u>(3.000.472)</u>	<u>(3.000.472)</u>
	<u><u>(16.358.799)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(3.000.472)</u></u>	<u><u>(19.359.269)</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Lisgráfica, no montante de 9.334.831 euros, era representado por 186.696.620 ações, com o valor nominal de 0,05 euros cada, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	<u>Nº. de ações</u>	<u>Porcentagem</u>
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, S.A.	95.196.620	50,99%
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	72.223.016	38,68%
Outros, inferior a 10% do capital	<u>19.276.984</u>	<u>10,33%</u>
	<u><u>186.696.620</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa detinha 1.387.459 ações próprias.

Reserva legal: A legislação estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas – Esta rubrica resulta da reavaliação dos ativos fixos tangíveis, efetuada nos termos da legislação aplicável. De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos acionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital e cobertura de resultados transitados negativos.

20. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020		2019	
	Passivos	Passivos	Passivos	Passivos
	não correntes	correntes	não correntes	correntes
Financiamentos bancários (a)	8.341.269	710.169	7.341.898	372.978
Outros financiamentos (b)	311.934	16.314	385.300	-
Fato ring (c)	-	895.452	-	1.248.847
Letras descontadas	-	100.000	-	-
Cheques pré-datados (d)	-	81.578	-	38.646
Descobertos bancários	-	47.377	-	49.465
Juros a liquidar	-	301.082	-	164.804
Outros	-	150.000	-	-
	<u>8.653.203</u>	<u>2.301.972</u>	<u>7.727.198</u>	<u>1.874.740</u>

(a) Montantes relativos a financiamentos que se encontram ao abrigo do Plano de Recuperação, ajustados após o perdão de dívida e o respetivo desconto com referência a 31 de dezembro de 2020.

No âmbito do Plano de Recuperação agora concretizado, as dívidas ao abrigo deste tiveram um perdão de 65% e serão liquidadas da seguinte forma:

- 60% em 126 prestações mensais, progressivas e sucessivas após um período de carência de 24 meses:

- e 40% numa única prestação no mês seguinte ao da última prestação prevista em (a).

Excetua-se o MillenniumBCP e o Novo Banco em que o período de carência é de 6 meses.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos financiamentos bancários era como segue:

	2020			2019		
	Passivos		Total	Passivos		Total
	não correntes	correntes		não correntes	correntes	
Novo Banco (i)	222.367	18.932	241.299	217.970	11.073	229.043
BCP (i)	6.819.699	580.624	7.400.323	5.866.400	298.021	6.164.421
Bankinter (ex-Barclays) (i)	190.699	16.236	206.935	184.582	9.377	193.959
Montepio Geral ("Montepio") (i)	71.111	6.054	77.165	68.830	3.497	72.327
Banco Santander (i)	583.819	49.706	633.525	565.091	28.707	593.798
CGD (i)	333.414	28.387	361.801	322.719	16.395	339.114
Banco Efisa (i)	120.160	10.230	130.390	116.306	5.908	122.214
	<u>8.341.269</u>	<u>710.169</u>	<u>9.051.438</u>	<u>7.341.898</u>	<u>372.978</u>	<u>7.714.876</u>

- (i) Montantes relativos aos financiamentos concedidos pelas entidades bancárias acima identificadas, que se encontram ao abrigo do Plano de Recuperação, ajustados após o perdão de dívida e o respetivo desconto, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019. A aplicação do Plano de Recuperação / desconto da dívida na rubrica de empréstimos bancários, provocou o seguinte impacto nas demonstrações financeiras:

	2020	2019
Desconto da dívida (Nota 10)	50.696	574.267
Regularização perdão dívida (Nota 10)	-	25.996
	<u>50.696</u>	<u>600.263</u>

Os montantes vencidos e não liquidados encontram-se refletidos nos saldos correntes.

A taxa de juro utilizada para efeitos de desconto da dívida é de 9,10%, pelo que se considerou que o valor contabilístico dos passivos é razoavelmente próximo do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o plano de reembolso (valor nominal) dos financiamentos bancários é o seguinte:

	<u>2020</u>
2021	<u>455.311</u>
2022	428.484
2023	892.267
2024	892.267
2025	892.267
2026 e seguintes	<u>10.625.741</u>
	<u><u>14.186.337</u></u>
	<u>2019</u>
2020	<u>134.181</u>
2021	160.538
2022	344.718
2023	702.534
2024	813.234
2025 e seguintes	<u>10.745.266</u>
	<u><u>12.900.471</u></u>

Não existem *covenants* associados aos empréstimos negociados com as entidades financeiras acima identificadas.

(b) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Outros financiamentos" tem a seguinte composição:

	2020		
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
IAPMEI (i)	147.117	7.599	147.117
Clientes no âmbito Plano de Recuperação (ii)	<u>164.817</u>	<u>8.715</u>	<u>173.532</u>
	<u>311.934</u>	<u>16.314</u>	<u>320.649</u>

	2019		
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Total</u>
IAPMEI (i)	146.604	-	146.604
Clientes no âmbito Plano de Recuperação (ii)	<u>238.696</u>	<u>-</u>	<u>238.696</u>
	<u>385.300</u>	<u>-</u>	<u>385.300</u>

- (i) O saldo desta dívida teve origem num subsídio reembolsável obtido no âmbito do PEDIP e recebido pela Lisgráfica nos anos de 1996 e 1998.

Ao longo dos anos a Empresa procedeu ao reembolso de parte do montante subsidiado e em 31 de dezembro de 2020 o montante em dívida (capital + juros) era de 251.141 euros. Este montante tem um período de carência de 24 meses após ao mês seguinte ao trânsito em julgado e será reembolsado em 126 prestações mensais, progressivas e sucessivas,

A taxa de desconto utilizada para efeitos de desconto da dívida é de 9,10%, pelo que se considerou que o valor contabilístico dos passivos é razoavelmente próximo do seu justo valor.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Lisgráfica, no âmbito da aplicação do PER, tem a pagar a clientes o montante referido relativo a empréstimos obtidos junto destes.

- (c) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares. Os ativos recebidos correspondem a saldos de clientes.

- (d) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 81.578 euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo tinha contratado junto do BCP uma linha de desconto de cheques, com um *plafond* de 250.000 euros que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem outras linhas de crédito contratadas com entidades financeiras e não utilizadas.

O justo valor dos passivos relacionados com financiamentos, determinado pelo método dos cash-flows descontados e considerando uma taxa de desconto atualizada de 6,69%, pertencendo ao nível 2 da hierarquia do justo valor da IFRS 13, é, à data de 31 de dezembro de 2020, de 11.897 milhares de euros.

21. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020		2019	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	<u>790.425</u>	<u>41.549</u>	<u>1.510.117</u>	<u>75.932</u>

No âmbito do Plano de Recuperação agora concretizado, as dívidas ao abrigo deste tiveram um perdão de 65% e serão liquidadas nos seguintes planos:

- (a) 60% em 126 prestações mensais, progressivas e sucessivas após um período de carência de 24 meses; e
- (b) 40% numa única prestação no mês seguinte ao da última prestação prevista em (a). Excetua-se o MillenniumBCP e o Novo Banco em que o período de carência foi de 6 meses.

Em 2020 e 2019 a rubrica de Credores por locações financeiras regista o seguinte impacto resultante do Plano de Insolvência:

	2020	2019
Desconto da dívida (Nota 10)	583.282	96.595
Perdão da dívida (Nota 10)	-	666
	<u>583.282</u>	<u>97.261</u>

Os principais bens que compõem esta rubrica são equipamentos de impressão, destacando-se as rotativas Sunday 4000-80 e Harris 600, contratos celebrados com o MillenniumBCP e BNP Lease, respetivamente.

A taxa de juro utilizada para efeitos de desconto da dívida é de 9,10%, pelo que se considerou que o valor contabilístico dos passivos é razoavelmente próximo do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as locações financeiras têm o seguinte plano de reembolso (valores nominais):

	<u>2020</u>
2021	<u>17.394</u>
2021	40.635
2022	84.595
2023	84.595
2024	84.595
2025 e seguintes	<u>1.006.678</u>
	<u><u>1.318.492</u></u>
	<u>2019</u>
2020	<u>26.642</u>
2021	33.052
2022	69.856
2023	140.900
2024	167.822
2025 e seguintes	<u>2.217.577</u>
	<u><u>2.655.849</u></u>

O justo valor dos passivos relacionados com Locações financeiras, determinado pelo método dos cash-flows descontados e considerando uma taxa de desconto atualizada de 6,69%, pertencendo ao nível 2 da hierarquia do justo valor da IFRS 13, é, à data de 31 de dezembro de 2020, de 964 milhares de euros.

22. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento nas perdas por imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme segue:

	Clientes e contas a receber (Nota 16)	Outros ativos não correntes (Nota 14)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.971.576	4.106.162	12.077.738
Aumentos	802.375		802.375
Reduções	(190.141)	-	(190.141)
Utilizações		-	-
Regularizações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>8.583.810</u>	<u>4.106.162</u>	<u>12.689.972</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.682.809	2.400.772	15.083.581
Aumentos	51.972	1.705.390	1.757.362
Reduções	(826.756)	-	(826.756)
Utilizações	(3.936.449)	-	(3.936.449)
Regularizações	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>7.971.576</u>	<u>4.106.162</u>	<u>12.077.738</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo por imparidades a receber de clientes engloba, respetivamente, 108 801 euros e 182.180 euros relativos à aplicação da IFRS 9.

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020		2019	
	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente
Contrato de impressão (a)	355.111	18.343	369.103	-
Indemnizações a liquidar (c)	626.988	1.257.182	1.020.450	767.066
Sector Público Estatal (b)	2.779.602	1.104.502	2.724.420	272.462
Proveitos diferidos	-	100.000	-	-
Direitos de uso	1.411.016	-	1.538.367	-
	<u>5.172.717</u>	<u>2.480.027</u>	<u>5.652.340</u>	<u>1.039.528</u>

(a) Esta rubrica corresponde a uma obrigação associada a um contrato de impressão (Nota 12).

No âmbito do Plano de Recuperação agora concretizado as dívidas ao abrigo deste tiveram um perdão de 65% e serão liquidadas de acordo com os seguintes planos:

- 60% em 126 prestações mensais, progressivas e sucessivas após um período de carência de 24 meses; e
- 40% numa única prestação no mês seguinte ao da última prestação prevista em (a).

A taxa de juro utilizada para efeitos de desconto da dívida foi de 9,10%, pelo que se considerou que o valor contabilístico dos passivos é razoavelmente próximo do seu justo valor.

Em 2020 e 2019, a aplicação do Plano de Recuperação provocou nas demonstrações financeiras os seguintes impactos (Notas 9):

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	Atualização valor desconto	Atualização valor desconto
Contrato de impressão	23.495	275.076
Indemnizações a liquidar	114.609	160.888
Sector Publico Estatal	<u>417.467</u>	<u>515.249</u>
	<u>555.571</u>	<u>951.213</u>

(b) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica do Sector Público Estatal tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente
Dívidas integradas em planos de pagamentos:				
. Segurança Social (i)	2.556.062	-	2.648.422	-
. Autoridade Tributária (ii)	223.540	35.188	75.998	35.187
Segurança Social	-	976.996	-	150.112
Imposto sobre o valor acrescentado (iii)	-	56.527	-	41.669
Impostos sobre os rendimentos pessoas individuais (i)	-	35.704	-	45.431
Outros	-	87	-	63
	<u>2.779.602</u>	<u>1.104.502</u>	<u>2.724.420</u>	<u>272.462</u>

- (i) Com a situação de homologação do Plano de Recuperação, as dívidas existentes vão ser liquidadas nos termos e condições do Plano proposto e aprovado, isto é, perdão de juros de 80% e liquidação de capital e juros em 150 prestações mensais e progressivas nos seguintes termos:

- 1ª. à 18ª. Prestação	25% de (1/150)
- 19ª. à 36ª. Prestação	50% de (1/150)
- 37ª. à 54ª. Prestação	75% de 1/150
- 55ª. à 150ª. Prestação	100% do valor da dívida / 96

A taxa de juro utilizada para efeitos de desconto da dívida foi de 9,10%, pelo que se considerou que o valor contabilístico dos passivos é razoavelmente próximo do seu justo valor.

De forma a garantir parte das prestações, a Empresa mantém ativa a garantia bancária seguinte:

. 2.540.548 euros a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (Nota 28).

No que se refere ao plano prestacional no âmbito do Plano de Recuperação, o Grupo aguarda que o IGFSS envie o respetivo Acordo para implementação do mesmo.

- (ii) Em finais de 2016, a Lisgráfica aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES). No seguimento da adesão ao PERES, a dívida remanescente foi repartida em 150 prestações tendo as primeiras 12 (correspondentes a 8% conforme definido no Decreto-Lei de aprovação do PERES) sido pagas no momento da adesão e as restantes, mensalmente, a partir do mês de janeiro de 2017. As condições mantêm-se no âmbito do Plano de Recuperação agora homologado.
- (iii) O saldo vai ser liquidado em 24 prestações mensais, iguais e sucessivas com início em janeiro de 2021 tendo já sido pago 7.065 euros.
- (iv) Em 2021 e com base no Artº. 9º B do Dec – Lei nº. 10-F/2020 as retenções de IRS dos meses fevereiro e março de 2021, respetivamente de 30.664 euros e 32.027 euros estão a ser liquidadas em 6 prestações, mensais, iguais e sucessivas conforme previsto no referido Dec - Lei.

O Grupo tem liquidado com regularidade as prestações junto da AT.

- (c) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estes montantes respeitam a indenizações a liquidar ao pessoal previstas para o despedimento coletivo, créditos reclamados no âmbito do Plano de Recuperação e ainda estimativas para férias, subsídio de férias, subsídio de natal e respetivos encargos sociais. Com base na aplicação do Plano de Recuperação a dívida está a ser liquidada, sem período de carência, em 48 meses.

Em 31 de dezembro de 2020 engloba o montante vencido de 40.476 euros que, entretanto, já foram liquidados em 2021.

A taxa de juro utilizada para efeitos de desconto da dívida foi de 9,10%, pelo que se considerou que o valor contabilístico dos passivos é razoavelmente próximo do seu justo valor.

O justo valor dos passivos relacionados com Outros passivos correntes e não correntes, determinado pelo método dos cash-flows descontados e considerando uma taxa de desconto atualizada de 8,00%, pertencendo ao nível 2 da hierarquia do justo valor da IFRS 13, é, à data de 31 de dezembro de 2020, de 4.301 milhares de euros.

24. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2020</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores, conta corrente (a) (b)	3.383.752	3.267.050
Fornecedores, faturas em receção e conferência	581.981	-
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	60.481
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	78.174
Credores por acréscimos de gastos:		
Fornecimentos e serviços externos	-	254.691
Outros gastos e perdas	-	132.217
	<u>3.965.733</u>	<u>3.792.613</u>

	2019	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores, conta corrente (a) (b)	3.071.428	2.554.464
Fornecedores, faturas em receção e conferência	-	581.981
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	-	72.145
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	-	78.174
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	-	528.684
Fornecimentos e serviços externos	371.958	343.916
Outros e gastos e perdas	<u>54.805</u>	<u>95.109</u>
	<u><u>3.498.191</u></u>	<u><u>4.254.473</u></u>

(a) Engloba no saldo, com referência a 31 de dezembro de 2020, o montante de 851.760 euros (2019: 59.945 euros) com entidades relacionadas (Nota 27).

(b) No âmbito do Plano de Recuperação agora concretizado as dívidas tiveram um perdão de 65% e serão liquidadas de acordo com os seguintes planos:

(b1) 60% em 126 prestações mensais, progressivas após um período de carência de 24 meses; e

(b2) 40% numa única prestação no mês seguinte ao da última prestação.

A taxa de juro utilizada para efeitos de desconto da dívida foi de 9,10%, pelo que se considerou que o valor contabilístico dos passivos é razoavelmente próximo do seu justo valor.

Em 2020 e 2019, a aplicação do Plano de Recuperação provocou nas demonstrações financeiras os seguintes impactos (Nota 9):

2020		2019	
<u>Regularização</u>	<u>Desconto da</u>	<u>Perdão da</u>	<u>Desconto da</u>
<u>Perdão da dívida</u>	<u>dívida</u>	<u>dívida</u>	<u>dívida</u>
<u>-</u>	<u>145.406</u>	<u>529.306</u>	<u>1.231.281</u>

O justo valor dos passivos relacionados com Fornecedores e outras contas a pagar, determinado pelo método dos *cash-flows* descontados e considerando uma taxa de desconto atualizada de 6,69%, pertencendo ao nível 2 da hierarquia do justo valor da IFRS 13, é, à data de 31 de dezembro de 2020, de 7.294 milhares de euros.

25. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para outros riscos e encargos	-	927.481
	<u>-</u>	<u>927.481</u>

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Ativo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>	<u>Ativo corrente</u>	<u>Passivo corrente</u>
Pagamento especial por conta (a)	416.249	-	416.248	-
Imposto sobre o rendimento (b)	-	48.901	-	39.550
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	-	-	2	-
	<u>416.249</u>	<u>48.901</u>	<u>416.250</u>	<u>39.550</u>

(a) Em 31 dezembro de 2020 e 2019, a decomposição dos pagamentos especiais por conta respeitam aos seguintes exercícios:

	2020	2019
2010	70.000	70.000
2011	70.000	70.000
2012	59.858	59.858
2013	45.709	45.709
2014	42.849	42.849
2015	30.897	30.897
2016	41.143	41.143
2017	25.500	25.500
2018	30.073	30.072
2019	220	220
	416.249	416.248

Em 2014, a Lisgráfica foi alvo de uma inspeção pela Autoridade Tributária (AT) aos exercícios de 2012 e 2013. No entanto, no seguimento do relatório emitido em 2015, a Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, reclamou as duas correções identificadas (as quais resultaram em liquidações adicionais (IRC e juros de mora) no montante aproximado de 235.576 euros (147.403 euros em 2012 e 88.173 euros em 2013), devido, respetivamente, à existência de um erro de análise e a um lapso de interpretação por parte da Administração Tributária. Em face dos factos, a Empresa considerou que não devia ser constituída qualquer provisão para os valores em causa.

Em 2018, a Empresa foi alvo de nova inspeção tributária pela Autoridade Tributária (AT) aos exercícios de 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015 no âmbito do pedido de reembolso do PEC referente aos anos de 2010, 2011, 2013 e 2014.

No entanto, no seguimento do relatório emitido ainda em 2018, a Empresa, suportada no parecer dos seus advogados veio reclamar das correções identificadas (as quais resultaram em liquidações adicionais (IRC e juros de mora) no montante aproximado de 91.524 euros (35.704 euros em 2014 e 55.820 euros em 2015), devido, respetivamente, à existência de um erro de análise e a um lapso de interpretação por parte da Administração Tributária.

Adicionalmente, a Autoridade Tributária procedeu à correção da matéria relativa aos exercícios de 2013 e 2015, dos quais a Empresa veio impugnar o monte de 396.830 euros e

757.199 euros, respetivamente. Estas impugnações suportam-se na análise e parecer dos seus advogados.

Em virtude de nesses anos ser possível a dedução de 75% de prejuízos fiscais de anos anteriores o efeito no imposto (IRC + derrama), a pagar, antes dos juros de mora e compensatórios, será aproximadamente de 68.417 euros.

Em face dos factos, a Empresa considerou que não devia ser constituída qualquer provisão para os valores em causa.

(b) O saldo engloba 18.195 euros referentes ao exercício de 2019 que vai ser pago em 12 prestações mensais, iguais e sucessivas com início em janeiro de 2021 tendo já sido pago 4.549 euros.

No entanto, já em 2021 e no âmbito da Lei nº. 29/2020 de 31 de julho, regulamentada pelo Despacho nº. 510/2020 do SEAF de 17 de dezembro, a Empresa solicitou a devolução antecipada dos pagamentos especiais por conta relativos aos anos de 2014 a 2018, tendo o reembolso ocorrido em 23 de março de 2021.

27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Foram identificadas como partes relacionadas do Grupo as seguintes entidades:

. Acionistas:

- Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A.
- Gestprint – Gestão de Participações Sociais, S.A.

. Participante indireta - Sogapal

. Conselho de Administração

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2020			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal
	(Nota 4)	(Nota 5)	(Nota 7)	(Nota 8)
Rasográfica	-	-	-	-
Gestprint	450.894	-	73.500	-
Sogapal	1.099.991	395.286	1.118.939	-
Conselho de Administração	-	-	-	80.316
	<u>1.550.885</u>	<u>395.286</u>	<u>1.192.439</u>	<u>80.316</u>
	2019			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com pessoal
	(Nota 4)	(Nota 5)	(Nota 7)	(Nota 8)
Rasográfica	-	-	-	-
Gestprint	398.860	-	157.071	-
Conselho de Administração	-	-	-	238.486
	<u>398.860</u>	<u>-</u>	<u>157.071</u>	<u>238.486</u>

Em 2020, o montante de 1.550.885 euros (2019: 398.860 euros) registados em "Vendas e serviços prestados" respeitam a faturação efetuada a entidades relacionadas:

- . 450.894 euros referentes à impressão de trabalhos para clientes da Gestprint (2019: 398.860 euros)
- . 580.950 euros referentes à impressão de trabalhos para clientes da Sogapal
- . 519.041 euros referentes a vendas de tintas à Sogapal.

Em 2020, o montante de 73.500 euros (2019: 157.071 euros) resulta, essencialmente, de um contrato de prestação de serviços de apoio comercial e industrial.

Em 2020, o montante de 1.118.939 euros resultam da impressão e acabamentos de trabalhos (847.971 euros), rendas de instalações (240.000 euros) e vigilância (30.968 euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram atribuídas remunerações globais aos membros do Conselho de Administração da Empresa de 80.316 euros e de

238.486 euros, respetivamente, tendo sido atribuídas remunerações ao Conselho Fiscal de 5.200 euros em cada um dos exercícios.

Os saldos com partes relacionadas e excluídas da consolidação, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são os seguintes:

	2020					
	Ativo				Passivo	
	Clientes e Outros créditos a receber (Nota 11)		Outros ativos financeiros (Nota 12)		Outras dívidas de fornecedores a pagar (Notas 17 e 18)	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Acionistas:						
. Rasográfica	-	-	50.812	-	-	-
. Gestprint	36.441	-	-	-	65.369	-
Sogapal Conselho de Administração	154.868	-	-	-	786.391	50.617
	-	-	-	-	-	440.932
	<u>191.309</u>	<u>-</u>	<u>50.812</u>	<u>-</u>	<u>851.760</u>	<u>491.549</u>
	2019					
	Ativo				Passivo	
	Clientes e Outros créditos a receber (Nota 11)		Outros ativos financeiros (Nota 12)		Outras dívidas de fornecedores a pagar (Notas 17 e 18)	
	Corrente	Não corrente	corrente	não corrente	Corrente	Não corrente
Acionistas:						
. Rasográfica	-	-	42.215	-	-	-
. Gestprint Conselho de Administração	32.286	-	-	-	59.945	-
	-	-	-	-	-	462.440
	<u>32.286</u>	<u>-</u>	<u>42.215</u>	<u>-</u>	<u>59.945</u>	<u>462.440</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tem a receber da Rasográfica os seguintes montantes (valores nominais):

- 1.075.110 euros respeitante a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso foi definido no Acordo de Confissão e Pagamento de Dívida celebrado em 5 de julho de 2016, no seguimento da denúncia do referido contrato. Este acordo estipula o pagamento faseado, em prestações mensais, com início em julho de 2016 e término em julho de 2024.

Em face do elevado grau de recuperabilidade do crédito, a Empresa decidiu-se pelo registo do respetivo montante em perdas por imparidade;

- 1.280.301 euros (Notas 14 e 22) relativos a letras já descontadas e para as quais foi constituída imparidade do mesmo montante por se ter concluído não haver viabilidade do seu recebimento;
- Empréstimo de 50.812 euros que se prevê venha a ser reembolsado a curto prazo.

Os termos ou condições praticados com as acionistas Lisgráfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera “pessoal-chave da gerência” o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram atribuídas remunerações globais aos membros do Conselho de Administração no valor de 80.316 euros e 238.486 euros, respetivamente. Não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em ações aos membros do Conselho de Administração.

28. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias a favor de terceiros no montante de 2.655.148 euros e 3.145.945 euros, respetivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro 2019
Instituto Gestão Financeira Segurança Social (a)	MillenniumBCP	2.540.548	2.540.548
IAPMEI	Santander	-	341.267
EDP Comercial, SA (c)	MillenniumBCP	100.470	-
Gás Natural Comercializadora	MillenniumBCP	-	250.000
Ordem dos Engenheiros (b)	MillenniumBCP	14.130	14.130
		<u>2.655.148</u>	<u>3.145.945</u>

(a) Garantia prestada no âmbito do PER (Nota 23).

(b) Garantias prestadas no âmbito de acordos comerciais.

(c) Garantia prestada a fornecedor no âmbito do fornecimento de energia (gás e eletricidade)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	2019	2018
Empréstimos bancários	14.186.337	19.980.000
Locações financeiras	27.919	140.785
Estado e outros entes públicos	973.193	1.679.267
	<u>15.187.449</u>	<u>21.800.052</u>

Em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, em 2010, a Empresa prestou diversas garantias, nomeadamente, a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Lisgráfica nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela NB Património, S.A. (ex – ESAF), para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário (Nota 14).

Em abril de 2019, a NB Património intentou uma ação de reclamação de créditos sobre a Massa Falida do Processo de Insolvência.

A Empresa, em conjunto com os seus advogados, reclamou o referido crédito que contemplava rendas já prescritas e respetivos juros.

Em 9 de março de 2020 o Tribunal decretou a extinção da instância, uma vez que tal sentença não foi objeto de interposição de recurso, a decisão transitou em julgado.

29. RESULTADOS POR AÇÃO

O cálculo do resultado líquido por ação – básico e diluído corresponde à divisão do rendimento integral consolidado líquido negativo de 3.000.472 euros (resultado líquido negativo de 5.469.695 euros em 2019) pelo número médio ponderado de ações ordinárias no período de 185.309.161 (2019: 185.309.161).

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

O rendimento integral consolidado líquido básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi negativo em ambos os exercícios de 0,0162 euros e negativo de 0,0295 euros, respetivamente.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a acionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(3 000 472)</u>	<u>(5 469 695)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186 696 620	186 696 620
Número de ações próprias	(1 387 459)	(1 387 459)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído	<u>185 309 161</u>	<u>185 309 161</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0162)	(0,0295)
Diluído	(0,0162)	(0,0295)

30. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de, respetivamente, 80.316 euros e 238.486 euros (Nota 27), tendo sido atribuídas remunerações ao Conselho Fiscal de 5.200 Euros e 5.200 euros em cada um dos anos.

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, tem a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto corrente:		
Imposto do período	8.194	20.198
Imposto diferido (Nota 11)	<u>(363.336)</u>	<u>(707.090)</u>
	<u>(355.142)</u>	<u>(686.892)</u>

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa agregada de imposto, no máximo de 22,5% (taxa de 21% sobre o lucro tributável acrescida de derrama municipal à taxa de 1,5% sobre a matéria coletável).

Nos termos do artº. 88º. do CIRC a Empresa e a sua participada encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2016 a 2019 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a taxa média efetiva do imposto difere da taxa nominal devido ao seguinte composição:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	<u>(3.355.614)</u>	<u>(6.156.587)</u>
Correções relativas a períodos anteriores	70.119	15.816
Gastos não documentados	2.654	404
Perdas por imparidade e outros ajustamentos não aceites para efeitos fiscais	767.522	1.795.025
Multas, coimas e juros compensatórios	268.896	33.346
Desconto da dívida	993.810	3.047.881
Efeito desconto dívida ativa	-	214.963
Perdão de dívida ("Per")	(644.489)	555.968
Diferença mais valias fiscais / contabilísticas	(261.035)	283.139
Outros	<u>193.681</u>	<u>73.400</u>
Sub total	<u>(1.964.456)</u>	<u>(136.645)</u>
Lucro tributável	-	-
(Prejuízo fiscal)	<u>(1.964.456)</u>	<u>(136.645)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
Utilização de prejuízos fiscais no período	-	-
Matéria colectável	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto à taxa agregada de 22,5% IRC (inclui Tributação autónoma)	8.194	20.198
Imposto diferido	(363.336)	(707.090)
Imposto apurado	<u>(355.142)</u>	<u>(686.892)</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>-</u>	<u>-</u>

32. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as responsabilidades futuras do grupo com contratos de locação operacional vencem-se como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2020	-	240.000
2021	240.000	240.000
2022	240.000	240.000
2023	240.000	240.000
2024	240.000	240.000
2025	240.000	240.000
2026 e seguintes	<u>1.440.000</u>	<u>1.440.000</u>
	<u><u>2.640.000</u></u>	<u><u>2.880.000</u></u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo tinha responsabilidades futuras provenientes de contratos de locação operacional com vencimento superior a 5 anos.

33. GESTÃO DE RISCO

(a) Gestão de capital:

Com referência a 31 de dezembro de 2020 o Grupo apresenta capitais próprios negativos, sendo convicção da Administração que as medidas implementadas no âmbito do Plano de Recuperação permitirão assegurar a sustentabilidade da Empresa, gerando a libertação de cash-flows suficientes para satisfazer o serviço da dívida corrente e o acordado no âmbito do Plano de Recuperação acima mencionado (Nota 2.25).

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total Empréstimos obtidos - Valor atual líquido (Nota 20)	10.955.175	9.601.938
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 18)	<u>1.076</u>	<u>24.501</u>
Dívida Líquida (1)	10.956.251	9.626.439
Capital Próprio (Nota 19)	(19.359.269)	(16.358.799)
Total do capital (2)	(8.403.018)	(6.732.360)
Rácio de Alavancagem financeira (%) (1) / (2)	<u><u>303,85</u></u>	<u><u>970,82</u></u>

A variação do rácio de alavancagem financeira em 2020 resultou, essencialmente, do prejuízo apurado no exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros do Grupo eram os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Contas a receber de terceiros	3.419.787	4.350.621
Caixa e seus equivalentes (Nota 18)	<u>46.301</u>	<u>24.964</u>
	<u><u>3.466.088</u></u>	<u><u>4.375.585</u></u>
<u>Passivos financeiros:</u>		
Empréstimos obtidos - valor nominal (Nota 20)	16.301.577	12.900.471
Locações financeiras - valor nominal (Nota 21)	1.318.492	2.655.849
Contas a pagar a terceiros - valor nominal (Nota 23 e Nota 24)	<u>19.311.019</u>	<u>17.095.922</u>
	<u><u>36.931.088</u></u>	<u><u>32.652.242</u></u>

(b) Gestão de risco de liquidez:

O quadro seguinte analisa os passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 por grupos de maturidade relevantes tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual. Os montantes que constam do quadro são cash-flows não descontados, excluindo juros.

	<u>Menos 1ano</u>	<u>Entre 1e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2020:</u>					
Empréstimos (exc. Locações financeiras)	455.311	428.484	2.676.801	10.625.741	14.186.337
Locações financeiras	17.394	40.635	253.785	1.006.678	1.318.492
Fornecedores e Out. contas a pagar	<u>3.800.438</u>	<u>72.734</u>	<u>778.250</u>	<u>4.179.759</u>	<u>8.831.181</u>
	<u><u>4.273.143</u></u>	<u><u>541.853</u></u>	<u><u>3.708.836</u></u>	<u><u>15.812.178</u></u>	<u><u>24.336.010</u></u>
<u>Em 31 de dezembro de 2019:</u>					
Empréstimos (exc. Locações financeiras)	134.181	160.538	1.860.486	10.745.266	12.900.471
Locações financeiras	26.642	33.052	378.578	2.217.577	2.655.849
Fornecedores e Out. contas a pagar	<u>5.188.045</u>	<u>800.347</u>	<u>2.292.978</u>	<u>8.814.552</u>	<u>17.095.922</u>
	<u><u>5.348.868</u></u>	<u><u>993.937</u></u>	<u><u>4.532.042</u></u>	<u><u>21.777.395</u></u>	<u><u>32.652.242</u></u>

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento não satisfizerem as necessidades de financiamento do Grupo, nomeadamente, no que se refere a reembolso de dívida.

Como forma de reduzir este risco o Grupo procura manter uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da mesma em prazos adequados.

Em finais de 2012 a Empresa – mãe apresentou um Plano Especial de Revitalização (PER), o qual foi aprovado, em 09 de Maio de 2013, por 89,84% dos votos regularmente expressos.

Em face da evolução negativa do mercado, muito aquém das expectativas, a Empresa, em meados de 2017, apresenta um novo PER.

O objetivo deste novo Plano era recalendarizar o passivo e foi aprovado em dezembro de 2017.

Em abril de 2018, no seguimento do recurso aprovado por alguns credores, mas não homologado, o tribunal veio anular a sentença de homologação e determinou a realização de nova votação em que foi de novo aprovado pela maioria dos credores mas não homologado tendo em finais de agosto o tribunal decretado a abertura de Processo de Insolvência. Foi então apresentado um Plano de Recuperação, também apresentado por larga maioria dos credores em novembro de 2018, homologado pelo tribunal em fevereiro de 2019 e que transitou em julgado em 22 de fevereiro de 2019.

O Plano de Recuperação baseou-se em duas premissas:

- redução da dívida, por perdão de capital e juros;
- diferimento no tempo da liquidação dos passivos entre 126 e 150 meses, após respetivos períodos de carência.

No final de 2020 e 2019 todas as dívidas a vencer até um ano estão registadas em passivos correntes. As restantes estão registadas em passivos não correntes.

(c) Gestão do risco de taxa de juro:

A liquidez pode ser afetada pelo risco associado à evolução da taxa de juro de mercado. O Grupo não tem nenhum financiamento a taxa de juro fixa.

Caso a taxa de juro de mercado aplicada no cálculo dos encargos financeiros (Euribor acrescida de spread de 2%) tivesse sido superior ou inferior em 0,5%, o rendimento integral consolidado daquele exercício teria aumentado ou diminuído em, aproximadamente, 58.985 euros.

A maturidade dos passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, é a constante no quadro supra apresentado.

(d) Gestão de risco de crédito:

A partir de 1 de janeiro de 2020, o Grupo aplica os seguintes modelos de risco de crédito:

Para os ativos financeiros para os quais o Grupo efetua a estimativa de perdas de crédito, com base no modelo geral, o Grupo considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o Grupo compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.

Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível da Empresa a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais;

Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de perdas de crédito estimadas.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasa mais de 270 dias a contar da data de pagamento contratual.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 360 dias da data de vencimento das faturas. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, a Empresa continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do exercício.

		Fase 1 (12 meses)	Fase 2	Fase 3	Total
Valor contabilístico bruto		-	-	-	-
Saldos com entidades relacionadas		-	2.355.411	-	2.355.411
Saldos com outros devedores		-	1 821 164	-	1 821 164
Desconto da dívida		-	-	-	-
Imparidade registada		-	(4.106 162)	-	(4.106 162)
Valor líquido		-	70.413	-	70.413

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação do seu valor.

Imparidade de Clientes e Outras contas a receber devedores

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de Clientes e Outras contas a receber. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, o Grupo utiliza o histórico de vendas e incumprimentos nos recebimentos de clientes, para os saldos de Clientes e Outras contas a receber, que foram calculados com base nas características de risco de crédito partilhadas, ajustado das perspetivas económicas estimadas para o próximo período de relato. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2020 foram determinadas com base na seguinte matriz.

<u>2020</u>	<u>Não vencido</u>	<u>Corrente 0 a 30 dias</u>	<u>31 a 90 dias</u>	<u>91 a 180 dias</u>
Taxa de perdas estimadas	0,33%	1,00%	9,00%	29,00%
Valor bruto contabilístico	821.130	211.575	247.769	12.759
Perdas por imparidade acumuladas	2.710	2.116	22.299	3.700
	<u>181 a 270 dias</u>	<u>271 a 360 dias</u>	<u>Superior a 360 dias</u>	<u>Total</u>
Taxa de perdas estimadas	55,0%	79,0%	100%	
Valor bruto contabilístico	-	-	77.976	1.371.209
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	77.976	108.801

As perdas por imparidade acumuladas a 31 de dezembro de 2020 reconciliam com o saldo de abertura como segue:

	<u>Valor</u>
Perdas por imparidade de abertura a 1 de janeiro de 2020	<u>7.971.576</u>
Aumento nas imparidades para perdas para crédito no exercício	802.375
Saldos de clientes desreconhecidos durante o exercício por incobabilidade	-
Valores não utilizados revertidos	(190.141)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	<u>8.583.810</u>

No que se refere aos ativos financeiros à guarda de instituições financeiras ver o *rating* de cálculo incluído na tabela abaixo

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e Bancos Depósitos (Moody´s):		
A2	-	-
Ba2	46.301	24.964
	<u>46.301</u>	<u>24.964</u>
Contas sem avaliação de crédito externa:		
Grupo 1	1.590.278	2.176.616
Grupo 2	-	-
Grupo 3	617.532	1.095.549
TOTAL CONTAS A RECEBER	<u>2.207.810</u>	<u>3.272.165</u>

Grupo 1 - Clientes/partes relacionadas, menos de 6 meses

Grupo 2 - Clientes/partes relacionadas, mais de 6 meses, sem atrasos

Grupo 3 - Clientes/partes relacionadas, mais de 6 meses, com atrasos

(e) Gestão do risco cambial:

O Grupo está sujeito a uma exposição mínima de alterações cambiais, sendo residuais as transações efetuadas em outras moedas, concluindo a gestão que o risco de variação cambial em relação ao qual o Grupo está vulnerável é pouco material.

34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os ativos e passivos financeiros do Grupo têm a seguinte decomposição:

31 de dezembro de 2020:

	<u>Ativos financeiros ao custo amortizado</u>	<u>Ativos não financeiros</u>	<u>TOTAL</u>
Ativos:			
Clientes e contas a Receber	2.207.810	-	2.207.810
Outros Ativos	795.728	43.595	839.323
Caixa e seus equivalentes	<u>46.301</u>	<u>-</u>	<u>46.301</u>
TOTAL	<u><u>3.049.839</u></u>	<u><u>43.595</u></u>	<u><u>3.093.434</u></u>

	<u>Passivos financeiros ao custo amortizado</u>	<u>Passivos não financeiros</u>	<u>TOTAL</u>
Passivos:			
Empréstimos (excl. Locações Financ.)	10.955.175	-	10.955.175
Locações Financeiras	831.974	-	831.974
Fornecedores e Out. Contas a Pagar	<u>15.411.092</u>	<u>-</u>	<u>15.411.092</u>
TOTAL	<u><u>27.198.241</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>27.198.241</u></u>

31 de dezembro 2019:

	<u>Créditos e valores a receber</u>	<u>Ativos não financeiros</u>	<u>TOTAL</u>
Ativos			
Clientes e contas a Receber	3.272.165	-	3.272.165
Outros Ativos	662.206	68.507	730.713
Caixa e seus equivalentes	<u>24.964</u>	<u>-</u>	<u>24.964</u>
TOTAL	<u><u>3.959.335</u></u>	<u><u>68.507</u></u>	<u><u>4.027.842</u></u>

	<u>Outros passivos financeiros</u>	<u>Passivos não financeiros</u>	<u>TOTAL</u>
Passivos			
Empréstimos (excl. Locações Financeira:	9.601.938	-	9.601.938
Locações Financeiras	1.586.049	-	1.586.049
Fornecedores e Out. Contas a Pagar	<u>14.444.532</u>	<u>-</u>	<u>14.444.532</u>
TOTAL	<u><u>25.632.519</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>25.632.519</u></u>

35. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os valores suportados com serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas, foram os seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Revisão Legal de Contas	27.625	34.000
Assessoria Fiscal	-	-
	<u>27.625</u>	<u>34.000</u>

36. RELATO POR SEGMENTOS

A Empresa opera num único segmento operacional – o da impressão de revistas, jornais e folhetos – pelo que A Empresa toda a informação apresentada deve ser interpretada nesse sentido.

37. RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS RESPEITANTES A FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os movimentos de fluxos monetários relativos aos passivos de financiamento são apresentados no quando seguinte:

Corrente + não corrente	Saldo inicial	Fluxos monetários		Fluxos monetários		Saldo final
		Aumentos	Reembolsos	Tranferências e outros	Desconto e Perdão Dívida	
Empréstimos obtidos	7.714.876	298.440	(310.136)	1.297.563	50.696	9.051.439
Factoring (i)	1.248.847	4.115.576	(4.468.971)	-	-	895.452
Locação financeira	1.586.049	-	(39.794)	(1.297.563)	583.282	831.974
831.974	<u>10.549.772</u>	<u>4.414.016</u>	<u>(4.818.901)</u>	<u>-</u>	<u>633.978</u>	<u>10.778.865</u>

(i) O reembolso dos valores relativos ao factoring é feito através dos recebimentos de clientes

38. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Nada a assinalar

O CONTABILISTA CERTIFICADO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

José Pedro Franco Brás Monteiro

Luís Paulo Fernandes Cruz

António Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2020	2019
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>			
Vendas	4	9 287 163	13 202 862
Outros proveitos operacionais	5	1 589 410	1 380 708
Total de proveitos operacionais		<u>10 876 573</u>	<u>14 583 570</u>
<u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Custo das mercadorias vendidas	6	(2 956 823)	(4 388 925)
Fornecimentos e serviços externos	7	(3 142 068)	(4 967 894)
Custos com o pessoal	8	(3 218 437)	(4 449 308)
Depreciações e Amortizações	12 e 13	(1 103 586)	(1 187 940)
Perdas por imparidade em clientes e outras contas a receber	22	(612 235)	(930 605)
Provisões (aumentos/reduções)	25	(73 946)	(37 662)
Outros custos operacionais	9	(1 666 432)	(3 410 213)
Total de custos operacionais		<u>(12 773 527)</u>	<u>(19 372 547)</u>
Resultados operacionais		<u>(1 896 954)</u>	<u>(4 788 977)</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos financeiros	10	(1 459 146)	(1 368 519)
Proveitos financeiros	10	486	909
Resultados antes de impostos		<u>(3 355 614)</u>	<u>(6 156 587)</u>
Imposto sobre o rendimento do período	31	355 142	686 892
Resultado consolidado líquido do período		<u>(3 000 472)</u>	<u>(5 469 695)</u>
Rendimento integral		<u>(3 000 472)</u>	<u>(5 469 695)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		<u>(3 000 472)</u>	<u>(5 469 695)</u>
Resultado por ação			
Básico	29	(0.0162)	(0.0295)
Diluído	29	(0.0162)	(0.0295)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Pedro Franco Brás Monteiro

Lúis Paulo Fernandes Cruz

António Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2020	2019
<u>ATIVOS NÃO CORRENTES:</u>			
Ativos intangíveis	12	838 551	1 260 814
Ativos fixos tangíveis	13	4 361 859	5 583 273
Direitos de uso	12	1 307 248	1 481 172
Investimentos financeiros		2 347	1 825
Ativos por impostos diferidos	11	43 595	68 507
Clientes e contas a receber	16	617 532	1 095 550
Outros ativos não correntes	14	70 413	155 730
Total de ativos não correntes		<u>7 241 545</u>	<u>9 646 871</u>
<u>ATIVOS CORRENTES:</u>			
Existências	15	102 621	92 261
Clientes e contas a receber	16	1 590 278	2 176 615
Outros ativos correntes	17	725 315	506 476
Imposto sobre o rendimento	26	416 249	416 250
Caixa e seus equivalentes	18	46 301	24 964
Total de ativos correntes		<u>2 880 764</u>	<u>3 216 566</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>10 122 309</u>	<u>12 863 437</u>
<u>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</u>			
<u>CAPITAL PRÓPRIO:</u>			
Capital	19	9 334 831	9 334 831
Ações próprias	19	(527 531)	(527 531)
Reserva legal	19	1 866 966	1 866 966
Resultados transitados	19	(32 185 870)	(26 716 175)
Outras variações no capital próprio	19	5 152 807	5 152 807
Resultado consolidado líquido do período		<u>(3 000 472)</u>	<u>(5 469 695)</u>
Total do capital próprio		<u>(19 359 269)</u>	<u>(16 358 799)</u>
<u>PASSIVO:</u>			
<u>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</u>			
Provisões outros riscos e encargos	25	-	927 481
Empréstimos obtidos	20	8 653 203	7 727 198
Locações	21	790 425	1 510 117
Outros passivos não correntes	23	5 172 717	5 652 340
Fornecedores e contas a pagar	24	3 965 733	3 498 191
Passivos por impostos diferidos	11	2 234 438	2 622 686
Total de passivos não correntes		<u>20 816 516</u>	<u>21 938 013</u>
<u>PASSIVOS CORRENTES:</u>			
Empréstimos obtidos	20	2 301 972	1 874 740
Locações	21	41 549	75 932
Fornecedores e contas a pagar	24	3 792 613	4 254 473
Outros passivos correntes	23	2 480 027	1 039 528
Imposto sobre o rendimento	26	48 901	39 550
Total de passivos correntes		<u>8 665 062</u>	<u>7 284 223</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u>10 122 309</u>	<u>12 863 437</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Pedro Franco Brás Monteiro

Lúis Paulo Fernandes Cruz

António Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital	Ações próprias	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado consolidado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2019	9 334 831	(527 531)	1 866 966	-	(34 930 008)	5 152 807	8 213 833	(10 889 102)
Aplicação do resultado consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	8 213 833	-	(8 213 833)	-
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-	-	(5 469 695)	(5 469 695)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>9 334 831</u>	<u>(527 531)</u>	<u>1 866 966</u>	<u>-</u>	<u>(26 716 175)</u>	<u>5 152 807</u>	<u>(5 469 695)</u>	<u>(16 358 799)</u>
Impacto da adoção da IFRS 9	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1 de janeiro de 2020	9 334 831	(527 531)	1 866 966	-	(26 716 175)	5 152 807	(5 469 695)	(16 358 799)
Aplicação do resultado consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2019	19	-	-	-	(5 469 695)	-	5 469 695	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	(3 000 472)	(3 000 472)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>9 334 831</u>	<u>(527 531)</u>	<u>1 866 966</u>	<u>-</u>	<u>(32 185 870)</u>	<u>5 152 807</u>	<u>(3 000 472)</u>	<u>(19 359 269)</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Pedro Franco Brás Monteiro

Luís Paulo Fernandes Cruz

António Brás Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

EXERCÍCIO FINDOS EM 31 de DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		11 513 327	14 149 231
Pagamentos a fornecedores		(7 229 149)	(9 072 104)
Pagamentos ao pessoal		(3 490 419)	(4 831 426)
Fluxos gerados pelas operações		793 759	245 701
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(36 876)	(21 054)
Outros pagamentos / recebimentos relativos à atividade operacional		(185 038)	133 921
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>571 845</u>	<u>358 568</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(221 940)
		-	(221 940)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		80 350	406 874
		80 350	406 874
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>80 350</u>	<u>184 934</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(219 883)	(304 627)
Amortizações de contratos de locação financeira		(398 021)	(381 975)
Juros e custos similares		(10 866)	(13 010)
		(628 770)	(699 612)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(628 770)</u>	<u>(699 612)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		23 425	(156 110)
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	(24 501)	131 609
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	(1 076)	(24 501)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

José Pedro Franco Brás Monteiro

Luis Paulo Fernandes Cruz

António Brás Monteiro

***Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
(Contas individuais e consolidadas)***

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório individual e consolidado de gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração ao da Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2 No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a atividade da Empresa e da sua filial. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhamos igualmente os trabalhos desenvolvidos por Baker Tilly PG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. tendo-se adicionalmente exercido as competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e execução das funções do Revisor Oficial de Contas e apreciamos as Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria, em anexo, com as quais concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificamos que:

i) O Balanço individual, a Demonstração consolidada da posição financeira, a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração individual e consolidada das alterações no capital próprio, a Demonstração individual e consolidada de fluxos de caixa e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) Os Relatórios individual e consolidado de gestão são suficientemente esclarecedores da evolução dos negócios e da situação da Empresa e da filial incluída na consolidada ao evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis (só aplicável no caso das individuais).

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas

do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes das Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria, somos do parecer que:

- i) Sejam aprovados os Relatórios individual e consolidado de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de gestão das contas individuais.

6 Face ao exposto o Conselho Fiscal e de parecer que o Relatório e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.

7 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 30 de Abril de 2021

O Presidente do Conselho Fiscal

Eng^o António Pedro Marques Patrocínio

O Vogal

Dr. José Spínola Barreto Brito

O Vogal

Dr. Paulo Fernando Vieira de Carvalho Cardoso do Amaral

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90
Queluz de Baixo – 2730-053 Barcarena
NIPC e nº matrícula da Conservatória do Registo Comercial de Cascais
500166587
Capital Social: 9.334.831 Euros

Declarações de Conformidade

Em cumprimento da alínea c) no nº1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração afirmam tanto quanto é do seu conhecimento que o relatório de gestão, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. e empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Queluz de Baixo, 30 de Abril de 2021

José Pedro Franco Brás Monteiro
Presidente do Conselho de Administração

Luis Paulo Fernandes Cruz
Vogal do Conselho de Administração

António Brás Monteiro
Vogal do Conselho de Administração